

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO**

# **RELATÓRIO DE GESTÃO 2010**

**Brasília/Março/2011**

Ministério da Ciência e Tecnologia

Secretaria de Desenvolvimento Tecnológica e Inovação

Relatório de Gestão 2010

Prestação de Contas Anual

IN /TCU nº 63, 1 de setembro de 2010

DN/TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010

DN/TCU nº 110, de 1 de dezembro de 2010

Portaria TCU nº 277, de 7 de dezembro de 2010

Portaria CGU nº 2.546, de 27 de dezembro de 2010

Seq	ASSUNTO	Amparo Legal	Página
01	Introdução		4
02	Identificação	Item 1, Parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010	5
03	Responsabilidade Institucional	2.1 - Item 2 da Parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010	6
04	Estratégia de Atuação	2.2 - Item 2 da Parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010	11
05	Gestão de Programas e Ações	2.3 -Item 2 da Parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010	15
06	Desempenho Orçamentário e Financeiro	2.4 - Item 2 da Parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010	44
07	Indicadores Institucionais	2.4.3 – Item 2 da Parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010	49
08	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos e Recursos (não se aplica)	Item 3 da Parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010	
09	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a pagar de exercícios anteriores	Item 4 da Parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010	51
10	Recursos Humanos	Item 5 da Parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010	55
11	Transferências (recebidas e realizadas) no exercício (não se aplica)	Item 6 da Parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010	59
12	Estrutura de Controles Internos	Item 9 da Parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010	67
13	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis ( não se aplica)	Item 10 da Parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010	
14	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial (não se aplica)	Item 11 da Parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010	
15	Gestão de Tecnologia da Informação TI (não se aplica)	Item 12 da Parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010	
16	Renúncia Fiscal/Tributária	Item 14 da Parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010	69
17	Deliberações e Recomendações dos órgãos de Controle	Item 15 da parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010	73
18	Informações Contábeis da Gestão	Item 1 da Parte B do Anexo II da DN TCU 107/2010	74
19	Composição Acionária (não se aplica)	Item 4 da Parte B do Anexo II da DN TCU 107/2010	
20	Informações sobre Fundos Partidários (não se aplica)	Item 1 da Parte C do Anexo II da DN TCU 107/2010	
21	Evolução financeira dos Fundos Constitucionais de Financiamento (não se aplica)	Item 5 da Parte C do Anexo II da DN TCU 107/2010	
22	Indicadores de Desempenho das IFES (não se aplica)	Item 7 da Parte C do Anexo II da DN TCU 107/2010	
23	Análise da situação Econômica-Financeira (não se aplica)	Item 10 da Parte C do Anexo II da DN TCU 107/2010	
24	Remuneração paga aos administradores (não se aplica)	Item 12 da Parte C do Anexo II da DN TCU 107/2010	
25	Contratação de Consultores	Item 16 da Parte C do Anexo II da DN TCU 107/2010	76
26	Imóveis alienados em 2010 em 2010 em consonância com o PND (não se aplica)	Item 30 da Parte C do Anexo II da DN TCU 107/2010	

A **Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – SETEC**, órgão específico do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, é responsável pela Política Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Governo Federal, atuando na formulação de políticas públicas e gestão de programas para o desenvolvimento tecnológico e a inovação.

Em 2010, um conjunto de políticas, programas e ações foram disponibilizados ao País para desenvolver e aproveitar tecnologias visando a geração de produtos e serviços com maiores valores agregados, mais competitivos para o mercado internacional, bem como mais adequados para a melhoria da qualidade de vida do consumidor brasileiro.

A SETEC atuou na mobilização e difusão da inovação no País, no suporte às incubadoras de empresas e parques tecnológicos, na formação de redes de pesquisa, na formação de recursos humanos, na melhoria da infraestrutura laboratorial, bem como no avanço do conhecimento nas áreas dos biocombustíveis, das energias renováveis, de eficiência energética e de recursos minerais.

O presente relatório apresenta as realizações da Secretaria no ano de 2010. A realização de tão amplo conjunto de atividades só foi possível com a permanente dedicação do corpo de funcionários lotados na SETEC, atuando de maneira decisiva para alavancar a transformação da compreensão e absorção da cultura de inovação tecnológica pelo setor produtivo e pelas instituições de pesquisa brasileiras.

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Ciência e Tecnologia		<b>Código SIORG:</b> MCT 001988	
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b> Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação			
<b>Denominação abreviada:</b> SETEC			
<b>Código SIORG:</b> MCT 001988	<b>Código LOA:</b> -		<b>Código SIAFI:</b> 240.115 – SETEC
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão público da administração direta			
<b>Principal Atividade:</b> Administração Pública em Geral			<b>Código CNAE:</b> 7511-6/00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(061) 3317-7800	(061) 3317-7765	(099) 9999-9999
<b>E-mail:</b> <a href="mailto:setec@mct.gov.br">setec@mct.gov.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.mct.gov.br">http://www.mct.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Esplanada dos Ministérios – Bloco E – 3º andar – sala 387 – CEP 70067-900 – Brasília – DF – Brasil			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
D.O.U: Decreto nº 5.886, de 06.09.2006			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno Portaria MCT nº 757, de 03.10.2006			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Nenhum.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
	Nenhuma.		
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
	Nenhuma.		
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	

## ***Responsabilidades Institucionais***

---

A **Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – SETEC** é responsável pela Política Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, compreendendo, em especial, as ações e os programas voltados para o desenvolvimento tecnológico da empresa brasileira, a promoção dos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) e a capacitação de recursos humanos para a inovação do setor produtivo.

São de responsabilidade da Secretaria os programas e ações de fomento à inovação e desenvolvimento tecnológico nas empresas e as áreas estratégicas de biocombustíveis, energia elétrica, hidrogênio e energias renováveis e petróleo, gás e carvão mineral.

A SETEC acompanha diretamente as iniciativas do marco legal da inovação, formado pelas leis:

- **“Lei de Inovação”** (nº 10.973/2004) - regulamentada pelo Decreto nº 5.563/2005, representou um avanço histórico com a criação de dispositivos legais para a transferência de tecnologia gerada nas ICTs, a incubação de empresas no espaço público, a valorização da propriedade intelectual, o estímulo a projetos cooperativos, a extensão do conhecimento para a sociedade e a possibilidade de compartilhamento de infraestrutura, equipamentos e recursos humanos para o desenvolvimento tecnológico e a geração de produtos e processos inovadores. Além disso, definiu regras para a atuação e a mobilidade do pesquisador público nos processos de inovação tecnológica, bem como a sua participação nos ganhos econômicos resultantes.
- **“Lei do Bem”** (Capítulo III da Lei nº 11.196/05) – decorrente da Lei de Inovação incentiva as empresas a desenvolverem internamente inovações tecnológicas quer na concepção de novos produtos como no processo de fabricação e agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo.
- **“Lei do MEC”** (Lei nº 11.487/2007) – incentivo adicional de financiamento de projetos de pesquisa de Instituições Científicas e Tecnológicas – ICTs, que possibilita a pesquisa e o desenvolvimento

## ***Responsabilidades Institucionais***

---

de processos e produtos inovadores no País por meio da associação entre instituições científicas e tecnológicas (ICTs) e empresas. Além disso, dinamiza a obtenção de direitos de propriedade industrial e intelectual pelas ICTs e pelas empresas nacionais.

- “**Lei Complementar nº 123**”, de 14 de dezembro de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Conforme o art. 65, § 3º da Lei, os órgãos e entidades da administração pública federal deverão repassar ao Ministério da Ciência e Tecnologia, no primeiro trimestre de cada ano, informação relativa aos valores alocados e a respectiva relação percentual em relação ao total dos recursos aplicados às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP).

A Secretaria coordena as atividades que visam intensificar as ações de fomento à inovação e de apoio tecnológico nas empresas, tais como:

- ✓ O **Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos – PNI** apoia institucionalmente e financeiramente incubadoras e parques tecnológicos em regiões que apresentaram fatores potenciais de sucesso.
- ✓ O **Sistema Brasileiro de Tecnologia – SIBRATEC** (Decreto nº 6.259/2007) que proporciona condições para o aumento da taxa de inovação das empresas brasileiras.
- ✓ O **Sistema Brasileiro de Respostas Técnicas – SBRT** é um sistema eletrônico de informação tecnológica gratuita, no qual especialistas de diversas áreas respondem dúvidas técnicas de micro, pequenas e médias empresas e de pessoas físicas.
- ✓ O **Programa Nacional de Sensibilização e Mobilização para a Inovação – PRÓ-INOVA** estimula o desenvolvimento de um ambiente favorável à inovação no País, disseminando as informações sobre as vantagens de investir em atividades inovativas, mobilizando e apoiando as empresas na identificação e utilização e

## ***Responsabilidades Institucionais***

---

apoiando as empresas na identificação e utilização dos instrumentos e programas mais adequados às suas necessidades.

- ✓ A ***capacitação de recursos humanos***, parte fundamental no processo de desenvolvimento e inovação tecnológica, desenvolve atividades de estímulo à realização de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) nas empresas, disponibilizando instrumentos específicos que tratam da capacitação de empresários e gerentes para a inovação e à inserção de pesquisadores nas empresas.
- ✓ A ***propriedade intelectual*** e a ***transferência de tecnologia*** recebem também atenção especial por meio dos (i) ***Núcleos de Inovação Tecnológica – NIT***, que promovem a capacitação de recursos humanos e a atuação na identificação, proteção e divulgação de resultados de pesquisa e de tecnologias passíveis de exploração comercial, zelando pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento e outras formas de transferência de tecnologia, bem como apoia as Entidades Tecnológicas Setoriais (ETS) implementadas em entidades de classe e de apoio aos setores produtivos; (ii) ***Grupo de Trabalho de Assessoramento Interno de Propriedade Intelectual – GTA-PI*** que estuda, subsidia, propõe e acompanha as ações de política em propriedade intelectual no âmbito do MCT, subsidiando o Ministro sobre as posições do MCT nos foros nacionais e internacionais, propondo ações no campo da articulação institucional e interministerial de que o MCT é parte e harmonizando as resoluções e normas existentes no âmbito do MCT.

A Secretaria é responsável também pelas áreas estratégicas de ***energia***, que abrange as energias e os combustíveis renováveis e fósseis, e a de ***recursos minerais***.

Por meio de programas específicos a SETEC atua diretamente nas áreas de ***biocombustíveis***, como o *etanol* e o *biodiesel*, ***energias renováveis***, com foco em energia solar, eólica, hidráulica e biomassa, ***hidrogênio***, uma das alternativas para o futuro, principalmente no Brasil, e ***carvão mineral***, com a

## ***Responsabilidades Institucionais***

---

finalidade de garantir o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva.

O ***Programa de C,T&I para o Etanol*** apoia a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação aplicados ao setor sucroalcooleiro visando tornar mais eficientes a produção, o processamento e o uso de co-produtos da cana-de-açúcar, em especial o álcool combustível, e desenvolver novas tecnologias e rotas para a produção de etanol e outros combustíveis derivados do álcool, em complementação às ações de P,D&I tradicionais do complexo sucroalcooleiro.

O ***Programa de Desenvolvimento Tecnológico para o Biodiesel*** apoia a pesquisa e o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação aplicados ao uso e à produção de biodiesel em seis linhas básicas: (i) testes em motores e veículos; (ii) tecnologia para usinas de produção; (iii) matérias primas; (iv) resíduos e co-produtos; (v) infra-estrutura de serviços tecnológicos; e (vi) estabilidade e armazenamento.

O ***Programa de C,T&I para a Economia do Hidrogênio*** promove ações integradas e cooperadas para o desenvolvimento da ciência e tecnologia voltadas para a produção de hidrogênio e de sistemas célula a combustível, com vistas a inserir o País na economia do hidrogênio, escolhido como futuro vetor energético, pois apresenta as vantagens da disponibilidade, da possibilidade de ser obtido de diversas fontes e de não ser poluente.

O ***Programa de C,T&I para Aumento da Qualidade de Energia e da Eficiência Energética*** apoia o desenvolvimento de novas metodologias da qualidade da energia e da eficiência energética de equipamentos e instalações dentro do contexto da Lei de Eficiência Energética.

O ***Programa de C,T&I para Energias Renováveis*** visa habilitar o País a se tornar um produtor competitivo na área por meio do apoio e promoção de ações integradas e cooperadas para o desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação e a capacitação de recursos humanos em energias renováveis, priorizando as fontes com maior potencial para o País abrangendo as áreas não cobertas pelos programas de biodiesel e de etanol. Em 2009, o programa contemplou atividades nas áreas de biomassa, energia eólica e energia fotovoltaica.

## ***Responsabilidades Institucionais***

---

O ***Programa de C,T&I para Produção e Uso Limpo do Carvão Mineral – ProCarvão***, apoia projetos cooperativos de P,D&I para a produção e uso limpo do carvão mineral por meio de: (a) desenvolvimento de tecnologias limpas da cadeia produtiva do carvão mineral; (b) desenvolvimento tecnológico e de inovação aplicado à cadeia produtiva carbonífera, em especial para geração termelétrica, siderurgia e carboquímica; (c) desenvolvimento de tecnologias para recuperação do passivo ambiental da bacia carbonífera de Santa Catarina.

O ***Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Recursos Minerais – ProMineral***, apoia, incentiva e fomenta a pesquisa científica e tecnológica, o desenvolvimento tecnológico e a inovação para desenvolver de forma global a cadeia de prospecção, exploração, mineração e transformação mineral, com agregação de valor aos bens minerais extraídos do solo brasileiro e o fortalecimento dos setores de serviços e bens de capital nacionais que atendam ao Setor Mineral.

Na esfera internacional, A SETEC exerce a coordenação brasileira da ***Reunião Especializada em Ciência e Tecnologia do MERCOSUL – RECyT***, a qual tem como objetivo definir e implementar ações de natureza comum na área de ciência, tecnologia e inovação nos países do bloco.

A SETEC assessora também a área internacional do Ministério na formulação das posições do Brasil, participando de reuniões preparatórias internas e externas, e de missões internacionais, atuando de forma direta com temas presentes nas agendas da OMC (barreiras técnicas, serviços, propriedade intelectual, subsídios, comércio e transferência de tecnologia), do MERCOSUL (Serviços, SGT 3, SGT 7), bem como dos temas inseridos nas cooperações bilaterais (energia e energias alternativas, biocombustíveis, mineração, políticas de inovação e parcerias tecnológicas, dentre outros).

A Secretaria exerce participação direta em diversas representações nacionais e internacionais (câmaras técnicas, grupos de trabalho, fóruns, comissões e conselhos), atuando como representante do Ministério em parceria com órgãos e instituições do Governo e entidades parceiras do setor público e privado.

## *Estratégia de Atuação*

---

A SETEC atua na formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento tecnológico e a inovação e no gerenciamento das ações de fomento à inovação nas empresas e no apoio ao desenvolvimento tecnológico nas áreas de biocombustíveis, energia elétrica, hidrogênio e energias renováveis e petróleo, gás e carvão mineral.

As ações são executadas por meio de programas estratégicos e mobilizadores e pelo apoio a projetos realizados com recursos orçamentários, incluído os provenientes dos Fundos Setoriais (FNDCT), de acordo com as diretrizes do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação 2007-2010 (PACTI).

Os programas estratégicos são gerenciados por Comitês Gestores nos quais participam instituições de governo e entidades de âmbito nacional ou regional. Ao longo do ano a Secretaria realiza reuniões para definir metas e investimentos, aprimorar as diretrizes e a estratégia de implementação, bem como promover novas alianças e interação com programas afins.

As atividades de apoio a projetos de desenvolvimento científico e tecnológico são realizadas com recursos orçamentários, incluindo os provenientes dos Fundos Setoriais. A SETEC participa das etapas de planejamento e definição das áreas contempladas, da elaboração dos termos de referência relativos às chamadas públicas (editais, carta-convites, encomendas) e dos termos de convênios de cooperação técnica, acompanha o processo de seleção das propostas e a execução do projeto. A execução administrativa e financeira é realizada por meio da Administração Central do MCT e das agências de fomento FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos e CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Uma agenda de trabalho anual é estabelecida contendo as atividades a serem executadas para atender as metas constantes no Plano de Ação de Ciência e Tecnologia.

Em 2010, foram concluídas as atividades definidas no Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação 2007-2010. A Secretaria foi responsável pelo gerenciamento das atividades que intensificavam as ações de fomento à inova-

ção e de apoio tecnológico nas empresas definidas na Prioridade Estratégica II - Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas, e pelas áreas de biocombustíveis, energia elétrica, hidrogênio e energias renováveis e petróleo, gás e carvão mineral constantes da Prioridade Estratégica III – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas.

A Coordenação Geral de Inovação Tecnológica – CGIT priorizou suas atividades no aperfeiçoamento do marco normativo da inovação, no fortalecimento das ações voltadas para a propriedade intelectual e a transferência de tecnologia (NIT e GTA-PI) e no acompanhamento e consolidação (i) das informações referentes ao art. 65 § 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; (ii) das informações referentes às Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT), art. 17 da Lei de Inovação; (iii) das informações dos incentivos proporcionados pela Lei do Bem.

No âmbito da Comissão Técnica Interministerial, formada por representantes dos Ministérios da Ciência e Tecnologia (MCT), do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), da Fazenda (MF), da Educação (MEC) e do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), tanto a Lei de Inovação quanto a Lei do Bem foram objetos de consultas, ora solicitando esclarecimentos, ora sugerindo modificações no texto da própria lei quanto no Decreto de regulamentação. Foram processadas alterações nos artigos da Lei de Inovação e da Lei do Bem para equacionar dificuldades quanto ao recebimento e utilização das receitas.

A criação e o fortalecimento dos Núcleos de Inovação Tecnológica - NIT proporcionou às Instituições de Ciência e Tecnologia - ICT um aumento de recursos provenientes dos contratos de transferência e licenciamento de tecnologia, indicando um interesse crescente e a importância e relevância da Lei para a ICT. Além disso, foram realizados eventos para divulgar a importância da criação dos NIT e estimular o aumento da participação das ICT no processo de inovação.

O Grupo de Trabalho de Assessoramento Interno de Propriedade Intelectual – GTA-PI, órgão de assessoramento do Ministro da Ciência e Tecnologia harmonizou os procedimentos adotados pelas agências de fomento do MCT em relação ao tema e iniciou as discussões sobre as diretrizes de propriedade intelectual nos Acordos de Cooperação Internacional.

Foram produzidos ainda os relatórios de consolidação das informações referentes às micro e pequenas empresas, sobre a política de propriedade intelectual das ICT e dos incentivos fiscais do Capítulo III da Lei do Bem, disponíveis na página do Ministério (<http://www.mct.gov.br>).

A Coordenação Geral de Tecnologias Setoriais - CGTS enfatizou suas ações na continuidade das atividades definidas para as áreas de energia, energias alternativas e recursos minerais no âmbito do Plano de Ação, nas reuniões técnicas dos Fundos Setoriais de Energia (CT-ENERG) e de Recursos Minerais (CT-MINERAL), e nas iniciativas das cooperações bilaterais, envolvendo as áreas fins da CGTS.

A Coordenação Geral de Serviços Tecnológicos (CGST) atuou na divulgação dos instrumentos de apoio à inovação e na mobilização do setor empresarial para a importância da inovação (Pró-Inova), na capacitação de recursos humanos para a inovação por meio dos programas de inserção de pesquisadores nas empresas e de cursos para empresários e gerentes compreendendo disciplinas de gestão da inovação, no fortalecimento das ações voltadas para os parques tecnológicos e as incubadoras de empresas e no fomento à interação universidade-empresa por meio do SIBRATEC.

Foram contratadas 56 redes de grupos e núcleos de P&D articuladas nacionalmente no âmbito do SIBRATEC, sendo 14 redes de centros de inovação, 20 redes de serviços tecnológicos e 22 redes de extensão tecnológica.

Por meio dos Subprogramas RHAE Pesquisador na Empresa e Capacitação Empresarial para Empresas de Pequeno Porte foram inseridos 312 mestres e doutores e 378 técnicos nas equipes de trabalho das 172 empresas selecionadas e oferecidos cursos de capacitação para empresários voltados para o empreendedorismo inovador, respectivamente.

Além disso, no âmbito do Programa Pró-Inova foram realizados eventos de divulgação sobre inovação. Entre os eventos destacaram-se: (i) lançamento da MEI – Mobilização Empresarial pela Inovação, coordenada pela CNI; (ii) Programa Agentes Locais de Inovação, do SEBRAE; (iii) Programas de Educação Executiva e Capacitação Empresarial, do IEL; (iv) cursos sobre Projetos de Inovação Tecnológica, da ABDI; (v) eventos sobre utilização da Lei do Bem e de gestão de projetos e planejamento para a inovação, da ANPEI; (vi) eventos nacionais e temáticos sobre inovação, da PROTEC; (vii) operações de serviços de inovação do Cartão BNDES.

Com recursos do Plano Plurianual – PPA foram apoiados projetos para complementar as ações definidas no PACTI e para estimular áreas não contempladas originalmente no Plano de Ação, de modo a iniciar ações pontuais em temas ainda não estruturados ou em projetos de pequeno porte.

Todas estas iniciativas apresentaram resultados importantes, frutos dos investimentos em P&D, nos quais as empresas, além de contar com o suporte direto dos incentivos fiscais, encontraram um ambiente propício à inovação.

## ***Gestão de Programas e Ações***

---

A SETEC foi responsável por cinco ações do Programa Finalístico 1388 - Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), cuja gerência foi da Secretaria Executiva do MCT, e uma ação do Programa 1409 – Desenvolvimento da Agroenergia, cuja gerência foi do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Os projetos apoiados complementaram as ações definidas no PACTI e áreas não contempladas originalmente no Plano de Ação, de modo a iniciar ações pontuais em temas ainda não estruturados ou em projetos de pequeno porte.

O órgão responsável é o Ministério da Ciência e Tecnologia – código 24000. A unidade orçamentária é 24101 – administração direta e o código SIAFI é 240.115 – SETEC.

### **PROGRAMA FINALÍSTICO 1388 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR - PITCE**

O Programa Finalístico 1388, sob a gerência da Secretaria Executiva do Ministério, foi responsável pela promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e de inovações voltados à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional.

O Programa enfatizou não só a capacidade de gerar inovações tecnológicas de produtos e processos produtivos, mas também a capacidade gerencial das empresas brasileiras. Estimulou ainda a formação e o fortalecimento de parcerias entre os diversos atores: empresas, institutos tecnológicos, universidades e agentes financiadores.

Foram R\$ 10.886,218 (dez milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, duzentos e dezoito reais), mais os recursos originários de emendas parlamentares no valor de R\$ 98.262.459,00 (noventa e oito milhões duzentos e sessenta e dois mil e quatrocentos e cinquenta e nove reais).

## *Gestão de Programas e Ações*

### DADOS GERAIS

Código PPA: 1388	Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior - PITCE
Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade de produtos e processos de empresas nacionais e à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias, visando a expansão da economia brasileira no mercado internacional.
Gerente do Programa	Secretário Executivo do MCT
Responsável	Secretário Executivo do MCT
Indicadores ou parâmetros Utilizados	<ul style="list-style-type: none"><li>• Certificações de sistemas e famílias de produtos.</li><li>• Mestres e doutores em atividades de P&amp;D no total de pessoal em P&amp;D das empresas.</li><li>• Participação das exportações de produtos de alta tecnologia no total das exportações de produtos industriais.</li><li>• Pedido de depósito de patentes no INPI por parte de residentes.</li><li>• Pedidos de patentes de invenção no escritório norte-americano de patentes (USPTO) depositados por residentes no Brasil.</li><li>• Pessoas em atividades de P&amp;D no total de empregados das empresas.</li><li>• Taxa de participação dos gastos em pesquisa e desenvolvimento na receita líquida de vendas das empresas.</li></ul>
Público alvo (beneficiários)	Empresas em geral e, em especial, as de nanotecnologia e biotecnologia; de química; de materiais; de eletrônica; de energias renováveis; de software; de fármacos; de semicondutores e microeletrônica; prestadoras de serviços tecnológicos; de consultoria tecnológica, atuantes em pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos em áreas de fronteira tecnológica; laboratórios nacionais; e comunidade científica e tecnológica.

As ações do Programa Finalístico 1388 sob a responsabilidade da SETEC foram:

- Ação 2B41 – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Energias de Futuro – Nacional
- Ação 6257 – Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologia Industrial Básica para a Inovação e Competitividade
- Ação 6846 – Fomento a Projetos de Capacitação Tecnológica e de Inovação das Empresas
- Ação 8470 – Fomento às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos
- Ação 8470 – Fomento às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos no Estado de Pernambuco – 0026

## ***Gestão de Programas e Ações***

---

- Ação 8470 – Fomento às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos no Estado do Paraná - 0041
- Ação 8470 – Fomento às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos no Estado do Rio Grande do Sul - 0064
- Ação 8470 – Fomento às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos – Núcleo de Gestão do Porto Digital no Estado de Pernambuco - 0070
- Ação 8470 – Fomento às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos – Equipamentos para Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos no Estado do Paraná - 0072
- Ação 8470 – Fomento às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos – Implantação do Parque Tecnológico Corporativo – Mossoró – Rio Grande do Norte – 0074
- Ação 8470 – Fomento às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos – Implantação do Parque Tecnológico – Vitória – Espírito Santo - 0076
- Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

### **PROGRAMA FINALÍSTICO 1409 – DESENVOLVIMENTO DA AGROENERGIA**

O Programa 1409, cuja gerência é do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foi concebido com o propósito de aglutinar os esforços do Governo no campo da agroenergia. Tem por objetivo ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva.

A ação de pesquisa e desenvolvimento envolveu o trabalho conjunto da Embrapa Agroenergia e do Ministério da Ciência e Tecnologia, buscando meio de engajar os diversos centros de referência no assunto.

A SETEC foi responsável pela Ação 8971 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biocombustíveis.

## Gestão de Programas e Ações

### DADOS GERAIS

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva
Gerente do Programa	Secretaria de Produção e Agroenergia
Gerente Executivo	
Indicadores ou parâmetros Utilizados	Taxa de Participação da Agroenergia na Matriz Energética Nacional
Público alvo (beneficiários)	Produtores rurais, suas associações e cooperativas, produtores industriais, fabricantes de bens de capital, instituições de pesquisa, consumidores finais de energia e países com potencial para o desenvolvimento de suas indústrias locais de biocombustíveis.

A execução física das ações sob a responsabilidade superaram as metas estabelecidas.

### EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES SETEC – PROGRAMA 1388 E 1409

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
19	122	1388	2272	A	-	-	-	-	-
19	572	1388	2B41	P	2	Projeto Apoiado	122	5	5
19	572	1388	6257	P	2	Projeto Apoiado	5	8	7
19	572	1388	6846	P	2	Projeto Apoiado	6	6	5
19	572	1388	8470	P	2	Projeto Apoiado	44	24	20
19	572	1409	8971	P	2	Projeto Apoiado	6	13	10

Fonte: LOA 2010

Embora constasse para a Ação 2B41 a meta de 122 projetos a serem apoiados, para a SETEC a meta prevista era de 5 projetos, o que foi atendida.

## *Gestão de Programas e Ações*

---

A Ação 2B41 foi contemplada com uma emenda parlamentar no valor de R\$ 45 milhões. Tendo em vista que o objeto da emenda estava compatível com as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS, por meio da Portaria MCT nº 686, de 03.09.2010, a responsabilidade pela execução dos projetos foi repassada para SECIS. A SETEC foi responsável pela execução de R\$ 1,5 milhão, do total de R\$ 46,5 milhões da Ação.

A Ação 8470 foi contemplada com emendas de bancada no valor de R\$ 98,2 milhões destinados para os Estados de Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Espírito Santo. Ao longo do ano de 2010 a Secretaria manifestou preocupação às instâncias superiores do Ministério em relação à ausência de recursos humanos compatíveis, em especial na área de engenharia civil, para analisar e acompanhar os projetos das emendas. Devido a esta dificuldade, os convênios foram contratados com cláusulas suspensivas de 180 dias para apresentação dos projetos básicos e termos de referência, motivo da inscrição em 31.12.2010 em restos a pagar. Em dezembro de 2010, visando solucionar a dificuldade em relação aos recursos humanos na área de engenharia civil, foi realizado termo de cooperação com a Universidade de Brasília – UNB para realizar o estudo sobre os parques tecnológicos em implantação e apoiar a Secretaria na análise e acompanhamento dos projetos de engenharia civil.

As metas previstas na Ação 8470 oriundas de emendas parlamentares não foram alcançadas. Estavam previstos 39 projetos e foram contemplados 13 projetos enviados pelos Estados.

Já as metas previstas com recursos orçamentários da Ação 8470 superaram de forma significativa as estabelecidas. Estavam previstas 5 e foram executadas 11. O mesmo resultado foi alcançado também nas metas das ações 8471 e 6257.

### **AÇÕES DO PROGRAMA 1388 NA SETEC**

#### **Ação 2B41 – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Energias do Futuro**

A Ação 2B41 apoiou projetos de pesquisa técnico-científica, inovação e desenvolvimento de tecnologias, produtos e processos; a capacitação e formação de recursos humanos, bem como a criação e consolidação de redes e a infraestrutura laboratorial em áreas ligadas às energias do futuro, com o propósito de apoiar o aumento da segurança e a diversificação da matriz energética brasileira.

Esta ação fomentou a realização de estudos e projetos demonstrativos, a promoção da pesquisa e desenvolvimento e do incentivo à inserção tecnológica, com vistas ao domínio de tecnologias tais como: (i) produção e uso do hidrogênio; (ii) energia solar térmica e solar fotovoltaica; (iii) energia eólica de pequeno e médio portes e produção de partes, peças e sistemas para aerogeradores de pequeno, médio e grande portes; (iv) aproveitamentos hidrelétricos de pequeno porte, incluindo retrofit, pequenas quedas, usinas a fio d'água e barragens móveis entre outras tecnologias emergentes; (v) energias e biomassas marinhas; (vi) geração termelétrica, siderurgia e carboquímica a partir de tecnologias limpas da cadeia produtiva do carvão; (vii) pesquisa e projetos demonstrativos de materiais avançados tais como silício, membranas, fibras de carbono, materiais compósitos para uso em sistemas energéticos.

Em 2010, foram disponibilizados R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais), a cargo da SETEC, sendo apoiados 05 projetos englobando pesquisa, aprimoramento da infraestrutura e eventos nas áreas temáticas de eficiência energética, energias renováveis, incluindo fotovoltaica, hídrica de pequeno porte, biomassa e catalisadores nano-estruturados.

A execução da Emenda Parlamentar no valor de R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões), ficou a cargo da Secretaria de Inclusão Social – SECIS (Portaria nº 686, de 03/09/2010).

## Gestão de Programas e Ações

### DADOS GERAIS

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	apoiar projetos de pesquisa técnico-científica, inovação e desenvolvimento de tecnologias, produtos e processos, apoiar a capacitação e formação de recursos humanos, bem como a criação e consolidação de redes e a infraestrutura laboratorial em áreas ligadas às energias do futuro, com o propósito de aumentar a segurança e diversificar a matriz energética brasileira.
Descrição	Fomenta a realização de estudos e projetos demonstrativos, a promoção da pesquisa e desenvolvimento e o incentivo à inserção tecnológica, com vistas ao domínio de tecnologias tais como: produção e uso do hidrogênio; energia solar térmica e solar fotovoltaica; energia eólica de pequeno e médio portes e produção de partes, peças e sistemas para aerogeradores de pequeno, médio e grande portes; aproveitamentos hidrelétricos de pequeno porte, incluindo retrofit, pequenas quedas, usinas a fio d'água e barragens móveis entre outras tecnologias emergentes; energias e biomassas marinhas; geração termelétrica, siderurgia e carboquímica a partir de tecnologias limpas da cadeia produtiva do carvão; pesquisa e projetos demonstrativos de materiais avançados tais como silício, membranas, fibras de carbono, materiais compósitos para uso em sistemas energéticos geração de energia ou de biocombustíveis utilizando biomassa e/ou gaseificação; fomento a projetos de geração de energia utilizando outras fontes de energia tais como solar, eólica, marés, etc; fomento a projetos de biotecnologia para a produção de bioenergia.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Unidade Executora	Administração Direta
Área responsável pelo gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Tecnologias Setoriais – CGTS
Coordenador Nacional da Ação	Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Responsável pela execução da ação no nível local	Coordenação-Geral de Tecnologias Setoriais - CGTS

Os projetos apoiados foram:

1. IPEN - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares. Projeto: "Implantação de Uma Infraestrutura Laboratorial Para Estudos de Confiabilidade, Envolvendo Monitoramento, Diagnóstico e Vida Útil, Aplicados a Células a Combustível do Tipo PEMFC (complemento Rede PEMFC-PROH2)". Processo nº 01200.000297/2010-08 - Descentralizado o valor de R\$ 461.000,00 (quatrocentos e sessenta e um mil reais), em fevereiro/2010.

## **Gestão de Programas e Ações**

---

2. UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá. Projeto: "Articulação Científica e Tecnológica de Intercâmbio e Desenvolvimento em Energias Renováveis". Processo nº 01200.000986/2010-12 - Descentralizado o valor de R\$ 210.805,36 (duzentos e dez mil, oitocentos e cinco reais e trinta e seis centavos), em abril/2010.
3. CPAP - EMBRAPA PANTANAL. Projeto: "Produção de Biofertilizante Sólido a Partir da Pirólise de Aguapé e Secagem de lodo de Biodigestor Rico em Nitrogênio". Processo nº 01200.000909/2010-54 - Descentralizado o valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), em abril/2010.
4. UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto. Projeto: "Ações Estratégicas Para Ciência, Tecnologia e Inovações em Energia Solar". Processo nº 01200.1041/2010-18 - Descentralizado o valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), em abril/2010.
5. CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Projeto: "Formação de Recursos Humanos em Produção de Hidrogênio a Partir de Fontes Renováveis no Instituto Nacional de Tecnologia - INT". Processo nº 01200.003881/2010-15 - Descentralizado o valor de R\$ 228.194,64 (Duzentos e vinte e oito mil, cento e noventa e quatro reais e sessenta e quatro centavos), em setembro/2010.

O valor total empenhado para a realização dos projetos foi de R\$ 1.394.789,97, dos quais foram devolvidos R\$ 105.210,03.

### **Metas e Resultados da Ação**

<b>Previstas</b>		<b>Realizadas</b>	
<b>Física</b>	<b>Financeira</b>	<b>Física</b>	<b>Financeira</b>
05	1.500.000,00	05	1.394.789,97

## ***Gestão de Programas e Ações***

### **Ação 6257 – Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologia Industrial Básica para a Inovação e Competitividade**

A Ação 6257 apoiou o desenvolvimento tecnológico do setor empresarial brasileiro por meio da consolidação da infraestrutura de serviços tecnológicos (Tecnologia Industrial Básica - TIB), compreendendo a metrologia, normalização e avaliação da conformidade; a difusão e a implementação de tecnologias de gestão; e a disseminação da propriedade intelectual e transferência de tecnologia, como parte das agendas do Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC) e do Programa Iniciativa Nacional para a Inovação (Pró-Inova).

#### **DADOS GERAIS**

Tipo	Projeto
Finalidade	Consolidar a infra-estrutura de serviços de Tecnologia Industrial Básica (TIB), compreendendo metrologia, normalização e avaliação da conformidade, difundir e implementar tecnologias de gestão, e disseminar e difundir o conhecimento em TIB.
Descrição	Apoio a projetos de tecnologia industrial básica e serviços tecnológicos no contexto do Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC) a capacitação de recursos humanos, a difusão do Programa TIB e suas funções, a capacitação gerencial das empresas e demais organizações brasileiras, públicas e privadas, a implantação de serviços de informação tecnológica, e a realização de eventos que contribuam para a disseminação e difusão do conhecimento nas diversas áreas da TIB, como também para a avaliação dos resultados dos projetos apoiados.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Unidade Executora	Administração Direta
Área responsável pelo gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Serviços Tecnológicos - CGST
Coordenador Nacional da Ação	Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Responsável pela execução da ação no nível local	Coordenação-Geral de Serviços Tecnológicos - CGST

Em 2010, foram disponibilizados R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), sendo apoiados oito projetos mediante convênio e transferência orçamentária, contratados complementarmente às ações fomentadas pelos fundos setoriais.

## *Gestão de Programas e Ações*

---

1. CNPq/LNLS - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico / Laboratório Nacional de Luz Síncroton: apoio ao projeto “Estudos dinâmicos em nanoestruturas, transformação de fases, alívio de tensões e evolução de textura mediante difração de Raios-X” visando ampliar os tipos de estudos possíveis de serem realizados por difratometria de raios-x, por meio da complementação da ótica do difratômetro de bancada para preparação de experimentos complexos em laboratório, antes de ir para fonte síncroton, sob a responsabilidade técnica do LNSL. Processo nº 01200.001893/2010-05, descentralizado o valor R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais) para o CNPq, totalmente liquidado;
2. ON - Observatório Nacional: apoio ao projeto “Implantação de novo padrão de medida de Tempo e Frequência”, por meio da aquisição de pente ótico de frequência atômica baseado em transições óticas que possibilitará ao ON iniciar pesquisas com nova geração de equipamentos que possuem precisão cem vezes maior aos atualmente utilizados. Processo nº 01200.001416/2010-31, descentralizado o valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), dos quais R\$ 388 mil foram liquidados e R\$ 62 mil inscritos em restos a pagar;
3. UNB/FCE – Universidade de Brasília / Faculdade de Ceilândia: apoio para adequação da infraestrutura laboratorial em metrologia química e farmacêutica da Faculdade de Ceilândia para possibilitar a realização de estudos analíticos de análise de degradação de fármacos. Processo nº 01200.004128/2010-39, descentralizado R\$ 258.521,00 (duzentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e vinte e um reais), totalmente inscritos em restos a pagar;
4. UFSM – Universidade Federal de Santa Maria: apoio para instalação da infraestrutura para funcionamento do “Pavilhão da Inovação” na 25ª FEISMA – Feira da Indústria e Comércio de Santa Maria, com o objetivo de divulgar os projetos inovadores nas diferentes áreas do

## *Gestão de Programas e Ações*

---

conhecimento da Universidade Federal de Santa Maria. Processo nº 01200.004361/2010-11, descentralizado R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), dos quais R\$ 26,1 mil foram liquidados e R\$ 23,9 mil não utilizados;

5. UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura: aporte ao projeto PRODOC BRA/REP/2010/0982 para contratação de consultor para conceber instrumentos de divulgação de informações sobre o Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC). Valor transferido R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais), totalmente liquidado;
6. ANPEI – Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras: apoio ao projeto “Incentivo à Inovação Tecnológica para Empresas”, com o objetivo de aprimorar e manter o conteúdo do Manual Prático de Inovação Tecnológica para Empresas, por meio da atualização das informações sobre instrumentos de fomento, sua divulgação e sensibilização do setor empresarial sobre a importância da inovação tecnológica e da atividade de pesquisa e desenvolvimento. Projeto nº 01200.004546/2010-26, valor empenhado de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) e inscrito em restos a pagar;
7. INDI – Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará: apoio para implementar os resultados do INOVA 2010 e sensibilizar as empresas do Ceará para a cultura da inovação, visando ampliar a competitividade das empresas, promover a aproximação entre empresários e fornecedores de tecnologia, fomentar o crescimento das empresas e a geração de negócios. Processo nº 01200.005080/2010-86, empenhado o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e inscrito em restos a pagar;
8. UBEA - União Brasileira de Educação e Assistência: repasse de recursos para apoiar a disseminação de Boas Práticas de Gestão nos Núcleos de Inovação Tecnológica – NIT, cujo convênio foi assinado em 2008. O Projeto é coordenado pelo Fórum Nacional de

## ***Gestão de Programas e Ações***

---

Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia - FORTEC para promover o fortalecimento das atividades de propriedade intelectual e de transferência de tecnologia, bem como o aprimoramento dos modelos de gestão dos NIT. Processo nº 01200.003306/2008-90, empenhado o valor de R\$ 29.460,00 (vinte e nove mil, quatrocentos e sessenta reais) para completar o valor total do projeto, R\$ 202.460,00 (duzentos e dois mil e quatrocentos e sessenta reais). Do valor empenhado, R\$ 9,46 mil foram inscritos em restos a pagar.

O valor total empenhado para a realização dos projetos foi de R\$ 1.179.501,00, dos quais R\$ 679.881,91 foram liquidados, R\$ 499.619,09 inscritos em restos a pagar e R\$ 120.499,00 não utilizados.

### **Metas e Resultados da Ação**

<b>Previstas</b>		<b>Realizadas</b>	
<b>Física</b>	<b>Financeira</b>	<b>Física</b>	<b>Financeira</b>
05	1.300.000,00	08	1.179.501,00

## **Gestão de Programas e Ações**

### **Ação 6846 – Fomento a Projetos de Capacitação Tecnológica e de Inovação das Empresas**

A Ação 6846 promoveu a ampliação da capacitação tecnológica das empresas e de inovação, visando à melhoria da qualidade e da competitividade dos bens e serviços produzidos no País.

Esta ação apoiou projetos, atividades e eventos voltados para a capacitação tecnológica de empresas, desenvolvidos em parceria com instituições públicas ou privadas, com atuação em áreas prioritárias, como bens de capital, extensionismo tecnológico, empreendedorismo, incentivo ao processo de inovação nas empresas, entre outras importantes realizações.

#### **DADOS GERAIS**

Tipo	Projeto
Finalidade	promover a ampliação da capacitação tecnológica das empresas e de inovação, visando à melhoria da qualidade e da competitividade dos bens e serviços produzidos no País.
Descrição	Fomento a projetos junto a instituições públicas e privadas para capacitação tecnológica e de inovação das empresas, para atuar em cenário decorrente da reestruturação econômica, mediante a articulação, implementação e desenvolvimento de parcerias.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Unidade Executora	Administração Direta
Área responsável pelo gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Inovação Tecnológica – CGIT
Coordenador Nacional da Ação	Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Responsável pela execução da ação no nível local	Coordenação-Geral de Inovação Tecnológica – CGIT

Com os recursos alocados nesta ação, no valor de R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais), em 2010 foram apoiados os seguintes projetos:

1. CASNAV - MARINHA DO BRASIL. Processo nº 01200.001210/2010-10. Apoio ao XIII Simpósio de Pesquisa Operacional e Logística da Marinha do Brasil, no período de 12 a 13 de agosto de 2010, na Escola de Guerra Naval no valor de

## *Gestão de Programas e Ações*

---

- R\$ 30 mil. Recurso descentralizado, empenhado e pago em 2010.
2. Fundação Arthur Bernardes – FUNARBE. Processo nº 01200.003440/2010-13. Apoio ao INOVATEC 2010 – 6º Feira de Inovação Tecnológica no valor de R\$ 50 mil. Recurso empenhado e pago em 2010.
  3. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE/Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Processo nº 01200.003663/2010-72. Projeto de instalação de um ambiente limpo e hipóxico no prédio do Centro Regional Sul do INPE. Aporte de R\$ 654,79 mil. Recurso descentralizado, empenhado e pago em 2010.
  4. Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG/Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia - FORTEC. Processo nº 01200.002798/2010-11. Treinamento, divulgação e consolidação das boas práticas para os núcleos de inovação das instituições de ensino pesquisa do Brasil por meio da parceria entre a Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica CTIT-UFMG e o Fórum Nacional de Gestores da Inovação FORTEC. Aporte de R\$ 400 mil. Recurso descentralizado, empenhado, e 88% pago em 2010.
  5. Centro de Tecnologia Mineral - CETEM. Processo nº 01200.002286/2010-54. Apoio ao Seminário Nacional de APL Base Mineral no valor de R\$ 26,6 mil. Recurso descentralizado, empenhado e pago em 2010, com cancelamento no valor de R\$ 3,4 mil.
  6. Universidade Federal do Ceará – UFC/RedeNIT/CE. Processo nº 01200.004894/2010-01. Apoio ao Projeto Avaliação e Transferência de Tecnologia no âmbito da RedeNIT- Ceará no valor de R\$ 134,9 mil. Recurso descentralizado e empenhado em 2010.

## ***Gestão de Programas e Ações***

---

### **Metas e Resultados da Ação**

<b>Previstas</b>		<b>Realizadas</b>	
<b>Física</b>	<b>Financeira</b>	<b>Física</b>	<b>Financeira</b>
06	2.300.000,00	06	1.296.329,10

## **Gestão de Programas e Ações**

### **Ação 8470 – Fomento às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos**

Esta ação teve como objetivo fortalecer e consolidar os parques tecnológicos e as incubadoras de empresas ligadas aos setores tradicionais da economia, as incubadoras de empresas de base tecnológica que abrigam empresas cujos produtos, processos ou serviços são gerados a partir de resultados de pesquisas aplicadas e nos quais a tecnologia representa alto valor agregado e as incubadoras mistas que abrigam empresas dos dois tipos acima descritos.

### **DADOS GERAIS**

Tipo	Projeto
Finalidade	Fortalecer e consolidar parques tecnológicos e incubadoras de empresas, ligadas aos setores tradicionais da economia, incubadoras de empresas de base tecnológica - que abrigam empresas cujos produtos, processos ou serviços são gerados a partir de resultados de pesquisas aplicadas, e nos quais a tecnologia representa alto valor agregado - e incubadoras mistas, que abrigam empresas dos dois tipos acima descritos.
Descrição	Elaboração de projetos que apoiem a criação e o fortalecimento de empresas inovadoras, caracterizadas pela inovação tecnológica de seus produtos, processos e serviços, bem como pela utilização de modernos métodos de gestão, através das incubadoras de empresas ou dirigidos às empresas inovadoras incubadas ou situadas nos parques tecnológicos e em arranjos produtivos locais - APLs, por meio de articulação com o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I - Consecti, com o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa - Confap, Prefeituras Municipais e Entidades Parceiras, de ação nacional, estadual, regional ou local, e Entidades Mantenedoras de incubadoras de empresas e parques tecnológicos. Esses projetos abrangem desde a realização de cursos de capacitação de RH, em gestão, em tecnologia e técnicas mercadológicas; a realização de eventos diversos, como seminários técnicos, a participação em feiras e exposições; o fortalecimento da atuação em rede das incubadoras e parques tecnológicos, com vistas a complementar e incrementar as facilidades e os serviços disponíveis para as empresas inovadoras; até a realização de estudos de impactos sócio-econômicos gerados na região de atuação.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Unidade Executora	Administração direta
Área responsável pelo gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Inovação Tecnológica – CGIT
Coordenador Nacional da Ação	Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Responsável pela execução da ação no nível local	Coordenação-Geral de Inovação Tecnológica – CGIT

## Gestão de Programas e Ações

Em 2010, o orçamento aprovado na Ação foi de R\$ 102.648.677,00 (cento e dois milhões, seiscentos e quarenta e oito mil e seiscentos e setenta e sete reais), sendo R\$ 98.262.459,00 (noventa e oito milhões, duzentos e sessenta e dois mil e quatrocentos e cinquenta e nove reais) originários de emendas parlamentares e R\$ 4.386.218,00 (quatro milhões, trezentos e oitenta e seis mil, duzentos e dezoito reais) do orçamento MCT/PPA.

Com recursos do orçamento MCT/PPA foram apoiados os seguintes projetos:

1. Prefeitura de Fortaleza. Processo nº 01200.003403/2010-05. Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica da implantação do Parque Tecnológico de Fortaleza. Aporte de R\$ 750 mil do MCT, contrapartida de R\$ 187,5 mil, totalizando R\$ 937,5 mil. Em 31 de dezembro de 2010 o convênio estava com cláusula suspensiva, aguardando aprovação da CONJUR/MCT e do Termo de Referência.
2. Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Processo nº 01200.002027/2010-23. Complementação da Infraestrutura para operacionalização do Parque Tecnológico de Santa Maria. Aporte de R\$ 490 mil do MCT. Recurso descentralizado em julho/2010, 100% empenhado com saldo a pagar de R\$ 383,9 mil.
3. UNIPAMPA. Processo nº 01200.003997/2010-46. Apoio à Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da UNIPAMPA no valor de R\$ 16,3 mil. Recurso descentralizado em outubro/2010 no valor R\$ 200 mil. Devolução de liberação orçamentária no valor de R\$ 183,7 mil.
4. Universidade Federal de São Carlos UFSCAR/SOROCABA. Processo nº 01200.003784/2010-14. Apoio ao Parque Tecnológico de Sorocaba no valor de R\$ 76,5 mil. Recurso

## *Gestão de Programas e Ações*

---

- descentralizado em setembro/2010 no valor R\$ 199,8 mil.  
Devolução de liberação orçamentária no valor de R\$ 123,3 mil.
5. Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP. Processo nº 01200.003455/2010-73. Apoio ao Projeto Universidade Empreendedor da UFOP no valor de R\$ 150 mil. Recurso descentralizado, empenhado e pago em 2010.
  6. Universidade Federal de Goiás – UFG. Processo nº 01200.002502/2010-61. Apoio ao projeto de Estruturação e Consolidação do Proine/UFG como Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos – CERNE no valor de R\$ 199,5 mil. Recurso descentralizado no valor de R\$ 200 mil. Devolução de liberação orçamentária no valor de R\$ 444,79.
  7. IFET Sul Riograndense. Processo nº 01200.002561/2010-30. Apoio ao projeto de reforma do prédio da incubadora de empresas do Instituto Federal de Ciência e Tecnológico Sul Riograndense no valor de R\$ 51,14 mil. Recurso descentralizado. Devolução de liberação orçamentária no valor de R\$ 48,86 mil.
  8. IFET Santa Catarina. Processo nº 01200.002506/2010-40. Apoio à Incubadora Tecnológica do Instituto Federal de Santa Catarina no valor de R\$ 83,9 mil. Recurso descentralizado no valor de R\$ 100 mil. Devolução de liberação orçamentária no valor de R\$ 16,1 mil.
  9. ANPROTEC. Processo nº 01200.001994/2010-78. Apoio ao XX Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e de Incubadoras de Empresas - Campo Grande-MS no valor de R\$ 70 mil e contrapartida de R\$ 17,5 mil. Convênio empenhado, executado e pago em 2010.
  10. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Processo nº 01200.004166/2010-91. Programa de Pré-Incubação da Universidade Federal de Santa Catarina. Aporte de R\$ 250 mil. Recurso descentralizado e empenhado em 2010.

## **Gestão de Programas e Ações**

---

11. Centro de Desenvolvimento Tecnológico - CDT/Universidade de Brasília – UnB. Processo nº 01200.005090/2010-11. Projeto Infraestrutura de alta complexidade e inovação, estudos comparativos de parques tecnológicos e de incubadoras de empresas. Aporte de R\$ 490,7 mil. Recurso descentralizado e empenhado em 2010.

### **Metas e Resultados da Ação – Recursos PPA**

<b>Previstas</b>		<b>Realizadas</b>	
<b>Física</b>	<b>Financeira</b>	<b>Física</b>	<b>Financeira</b>
5	4.386.218,00	11	2.628.147,51

Com recursos de Emenda de Bancada foram apoiados os seguintes projetos:

12. Núcleo de Gestão do Porto Digital – NGPD. Processo nº 01200.001918/2010-62. Fortalecimento e consolidação do Parque Tecnológico - Porto Digital, Recife/PE. Aporte do MCT no valor de R\$ 25,7 milhões. Contrapartida de R\$ 6,4 milhões. Totalizando R\$ 32,1 milhões. Recursos repassados e convênio em execução. Emenda de Bancada. Programação/Ação 1388.8470-0070 - Fomento a incubadora de empresas e parques tecnológicos/Núcleo de Gestão do Porto Digital no Estado de Pernambuco.
13. Prefeitura de Pato Branco. Processo nº 01200.001410/2010-64. Implantação do Parque Tecnológico de Pato Branco. Aporte de R\$ 7,0 milhões. Contrapartida de R\$ 778 mil. Totalizando R\$ 7,77 milhões. Recursos repassados e convênio em execução. Emenda de Bancada. Programação/Ação 1388.8470-0072 - Fomento a incubadora de empresas e parques tecnológicos - Equipamentos para Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos no Estado do Paraná.
14. Prefeitura de Londrina. Processo nº 01200.002285/2010-10. Implantação do Laboratório de Análise de Alimentos e Produ-

## *Gestão de Programas e Ações*

---

- tos Afins no Parque Tecnológico de Londrina Francisco Sciarra. Aporte de R\$ 1,75 milhão. Contrapartida de R\$ 200 mil. Totalizando R\$ 1,95 milhão. Convênio com cláusula suspensiva. Aguardando aprovação do Termo de Referência. Emenda de Bancada. Programação/Ação 1388.8470-0072 - Fomento a incubadora de empresas e parques tecnológicos - Equipamentos para Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos no Estado do Paraná.
15. Prefeitura de Curitiba. Processo nº 01200.001668/2010-61. Equipamentos para Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos de Curitiba. Aporte de R\$ 8,75 milhões. Contrapartida de R\$ 972 mil. Totalizando R\$ 9,72 milhões. Recursos repassados e convênio em execução. Emenda de Bancada. Programação/Ação 1388.8470-0072 - Fomento a incubadora de empresas e parques tecnológicos - Equipamentos para Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos no Estado do Paraná.
16. Município de Mossoró-RN. Processo nº 01200.002336/2010-01. Criação e desenvolvimento de infraestrutura tecnológica para construção e desenvolvimento de Parque Tecnológico do Rio Grande do Norte em Mossoró. Aporte de R\$ 21,2 milhões. Contrapartida de R\$ 2,3 milhões. Totalizando R\$ 23,5 milhões. Convênio com cláusula suspensiva. Aguardando aprovação do TR e do Projeto Básico (obras). Emenda de Bancada. Programação/Ação 1388.8470-0074 - Fomento a incubadora de Empresas e parques tecnológicos - Implantação do Parque Tecnológico Corporativo - Mossoró/RN.
17. Prefeitura de Vitória-ES. Processo nº 01200.002337/2010-48. Construção do Centro de Inovação do Parque Tecnológico Metropolitano de Vitória. Aporte de R\$ 8,5 milhões. Contrapar-

## *Gestão de Programas e Ações*

---

tida de R\$ 945 mil. Totalizando R\$ 9,45 milhões. Convênio formalizado com cláusula suspensiva. Aguardando Termo de Referência e Projeto Básico (obras). Emenda de Bancada. Programação/Ação 1388.8470-0076 - Fomento a incubadora de empresas e parques tecnológicos - Implantação do Parque Tecnológico de Vitória/ES.

18. Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Processo nº 01200.005040/2010-34. Estruturação do Parque Científico e Tecnológico do Planalto Médio através de aquisição de equipamentos. Aporte de R\$ 3,47 milhões. Contrapartida de R\$ 310 mil. Total de R\$ 3,78 milhões. Convênio com cláusula suspensiva. Aguardando aprovação do Termo de Referência. Emenda de Bancada. Programação/Ação 1388.8470-0064 - Fomento a incubadora de Empresas e Parques Tecnológicos. Aquisição de Equipamentos no Estado do Rio Grande do Sul.
19. Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo. Processo nº 01200.004610/2010-79. Equipar a infraestrutura de laboratórios dos parques tecnológicos HAMBURGTECH e VALETEC. Aporte de R\$ 3,47 milhões. Contrapartida de R\$ 320 mil. Total de R\$ 3,79 milhões. Convênio com cláusula suspensiva. Aguardando aprovação do Termo de Referência. Emenda de Bancada. Programação/Ação 1388.8470-0064 - Fomento a incubadora de Empresas e Parques Tecnológicos. Aquisição de Equipamentos no Estado do Rio Grande do Sul.
20. Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul. Processo nº 01200.004726/2010-16. Implantação da 1ª Fase do Parque Científico Tecnológico Regional - TECNO-UNISC. Aporte de R\$ 3,47 milhões. Contrapartida de

## *Gestão de Programas e Ações*

---

R\$ 302 mil. Total de R\$ 3,77 milhões. Convênio com cláusula suspensiva. Aguardando aprovação do Termo de Referência. Emenda de Bancada. Programação/Ação 1388.8470-0064 - Fomento a incubadora de Empresas e Parques Tecnológicos. Aquisição de Equipamentos no Estado do Rio Grande do Sul.

21. Prefeitura Municipal de Lajeado (UNIVATES). Processo nº 01200.004870/2010-44. Implantar o Parque Científico e Tecnológico do Vale do Taquari – TECNOVATES. Aporte de R\$ 3,47milhões. Contrapartida de R\$ 302 mil. Total de R\$ 3,77 milhões. Convênio com cláusula suspensiva. Aguardando aprovação do Termo de Referência. Emenda de Bancada. Programação/Ação 1388.8470-0064 - Fomento a incubadora de Empresas e Parques Tecnológicos. Aquisição de Equipamentos no Estado do Rio Grande do Sul.
22. Prefeitura Municipal de Pelotas. Processo nº 01200.005083/2010-10. Reforma e adaptação do prédio que irá abrigar o Parque Tecnológico de Pelotas visando o fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Rio Grande do Sul. Aporte de R\$ 3,47milhões. Contrapartida de R\$ 302 mil. Total de R\$ 3,77 milhões. Convênio com cláusula suspensiva. Aguardando aprovação do Termo de Referência. Emenda de Bancada. Programação/Ação 1388.8470-0064 - Fomento a incubadora de Empresas e Parques Tecnológicos. Aquisição de Equipamentos no Estado do Rio Grande do Sul.
23. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Processo nº 01200.004510/2010-42. Implantação do Centro de Tecnologia Celular para o Estudo e Tratamento de Pacientes com Necessidades Especiais, Mobilidade

## ***Gestão de Programas e Ações***

---

Reduzida e Idosos. Centro a ser instalado no Parque Tecnológico da UFRGS. Aporte de R\$ 3,47milhões. Recurso descentralizado, empenhado e financeiro liberado em 2010. Emenda de Bancada. Programação/Ação 1388.8470-0064 - Fomento a incubadora de Empresas e Parques Tecnológicos. Aquisição de Equipamentos no Estado do Rio Grande do Sul.

24. Universidade de Santa Maria – UFSM. Processo nº 01200.004475/2010-61. Implantação do Parque Tecnológico da UFSM. Aporte de R\$ 1,0 milhão. Recurso descentralizado, empenhado e financeiro liberado em 2010. Emenda de Bancada. Programação/Ação 1388.8470-0064 - Fomento a incubadora de Empresas e Parques Tecnológicos. Aquisição de Equipamentos no Estado do Rio Grande do Sul.

### **Metas e Resultados da Ação – Recursos Emendas**

<b>Previstas</b>		<b>Realizadas</b>	
<b>Física</b>	<b>Financeira</b>	<b>Física</b>	<b>Financeira</b>
39	98.262.459,00	13	98.262.059,00

## **Gestão de Programas e Ações**

### **Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa**

Os recursos alocados nesta ação compreenderam despesas com (i) serviços administrativos; (ii) pessoal ativo; (iii) manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; (iv) manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; (v) tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; (vi) despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); (vii) sistemas de informações gerenciais internos; (viii) estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; (ix) promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; (x) produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas; (xi) demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

### **DADOS GERAIS**

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Despesas destinadas a serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria Executiva
Unidade Executora	Administração direta
Área responsável pelo gerenciamento ou execução	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA
Coordenador Nacional da Ação	Secretaria Executiva
Responsável pela execução da ação no nível local	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA

## **Gestão de Programas e Ações**

---

Em 2010, foram disponibilizados R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais) para a SETEC, e empenhados e pagos R\$ 1.128.254,79 (um milhão cento e vinte e oito mil duzentos e cinquenta e quatro reais e setenta e nove centavos).

NATUREZA	DESPESA DETALHADA	DESPESAS EMPENHADAS	VALORES PAGOS
339014	Diárias – Pessoal Civil	175.896,17	175.896,17
339033	Passagens e Despesas com Locomoção	252.658,46	252.658,46
339036	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	11.157,30	11.157,30
339037	Locação de Mão de Obra	574.857,61	574.857,61
339039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	60.211,27	60.211,27
339092	Despesas Exercícios Anteriores	86,83	86,83
339093	Indenizações e Restituições	53.387,15	53.387,15
	TOTAL	1.128.254,79	1.128.254,79

## **Gestão de Programas e Ações**

### **Ação 8971 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biocombustíveis**

Esta ação teve como objetivo apoiar projetos de pesquisa técnico-científica, inovação e desenvolvimento de tecnologias, produtos e processos e capacitação de recursos humanos em áreas ligadas aos biocombustíveis (tais como biodiesel e etanol).

### **DADOS GERAIS**

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
Finalidade	apoiar projetos de pesquisa técnico-científica, inovação e desenvolvimento de tecnologias, produtos e processos e capacitação de recursos humanos em áreas ligadas aos biocombustíveis (tais como biodiesel e etanol)
Descrição	Fomento a projetos de pesquisa e projetos demonstrativos nas seguintes linhas e temas: cadeia produtiva do biodiesel, incluindo agricultura, produção, armazenamento e co-produtos no contexto do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel; setor sucroalcooleiro visando a produção de álcool, o uso de coprodutos da cana, novos usos para o etanol e tecnologias para a inclusão social, principalmente em áreas não tradicionalmente pesquisadas pelo complexo sucroalcooleiro; biomateriais e bioprodutos, principalmente proveniente de co-produtos da cadeia produtiva da bioenergia; produção de biocombustíveis de 2ª geração; biotecnologia aplicada à agroenergia, a florestas energéticas e à produção de bioenergia e biocombustíveis líquidos; condicionamento e pré-tratamento de resíduos agrícolas e de outras biomassas; produção e uso de biogás utilizando dejetos animais; tecnologias aplicadas a pequena produção de matérias primas e de biocombustíveis (tais como álcool, biodiesel e biomassa compactada) com a finalidade de inserção desses produtores na cadeia produtiva dos biocombustíveis. Fomento à elaboração de estudos prospectivos e setoriais com a finalidade de identificar necessidades de investimentos e de gargalos tecnológicos para subsidiar a formulação de políticas públicas na área de biocombustíveis. Fomento a eventos (congressos, seminários, workshops), cursos de curta duração e publicações com a finalidade de disseminar novas tecnologias de biocombustíveis.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Unidade Executora	Administração direta
Área responsável pelo gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Tecnologias Setoriais - CGTS
Coordenador Nacional da Ação	Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Responsável pela execução da ação no nível local	Coordenação Geral de Tecnologias Setoriais - CGTS

## *Gestão de Programas e Ações*

---

Em 2010, foram aportados R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) sendo apoiados 13 projetos, mediante transferência orçamentária.

1. CETEM - Centro de Tecnologia Mineral. Projeto: "Aproveitamento de Resíduos de Rochas Ornamentais do Norte do Espírito Santo para Aplicação em Culturas para Produção de Biocombustíveis". Processo nº 01200.000298/2010-44 - Descentralizado o valor de R\$ 198.050,00 (cento e noventa e oito mil e cinquenta reais), em fevereiro/2010.
2. IFSP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Projeto: "Otimização e Transferência de Tecnologia da Produção de Xilitol Orgânico a Partir de Bagaço de Cana-de-açúcar". Processo nº 01200.000493/2010-74 - Descentralizado o valor de R\$ 450.449,00 (quatrocentos e cinquenta mil, quatrocentos e quarenta e nove reais), em março/2010.
3. EMBRAPA MEIO-NORTE - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Centro de Pesquisa Agropecuária do Meio-Norte. Projeto: "I Congresso Brasileiro de Palmeira de Babaçu". Processo nº 01200.000756/2010-45 - Descentralizado o valor de R\$ 50.000 (cinquenta mil reais), em abril/2010.
4. UFES - Universidade Federal do Espírito Santo. Projeto: "Engenharia Metabólica Para Otimização da Produção de Etanol a Partir de Casca de Coco Verde". Processo nº 01200.001250/2010-53 - Descentralizado o valor de R\$ 217.216,14 (duzentos e dezessete mil, duzentos e dezesseis reais e quatorze centavos), em maio/2010.
5. IFSP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Projeto: "Implantação da Infraestrutura de Pesquisa e Ensino do Curso Superior de Tecnologia em Biocombustíveis do Campus Avançado de Matão-SP". Processo nº 01200.001799/2010-48 - Descentralizado o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em junho/2010.
6. UFBA - Universidade Federal da Bahia. Projeto: "Apoio à Preparação da III Escola de Combustão". Processo nº 01200.001683/2010-17 -

## *Gestão de Programas e Ações*

---

- Descentralizado o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), em junho/2010.
7. UFSM - Universidade Federal de Santa Maria. Projeto: "Produção de Etanol em Pequena Escala: Desenvolvimento da Tecnologia de Destilação Apropriada". Processo nº 01200.001972/2010-16 - Descentralizado o valor de R\$ 220.277,73 (duzentos e vinte mil, duzentos e setenta e sete reais e setenta e três centavos), em junho/2010.
  8. UFPE - Universidade Federal de Pernambuco. Projeto: "Estudo da Viabilidade Técnica e Econômica do Forno Tubular Duplo Rotativo de Queima Direta de Biodiesel, Bioetanol, GLP e Gás Natural, Para Produção Simultânea de Gesso e Anidrita". Processo nº 01200.002351/2010-41 - Descentralizado o valor de R\$ 321.270,00 (trezentos e vinte e um mil, duzentos e setenta reais), em julho/2010.
  9. INT - Instituto Nacional de Tecnologia. Projeto: "Workshop Brasil-Argentina Sobre a Bio-produção e Utilização do Hidrogênio". Processo nº 01200.002262/2010-03 - Descentralizado o valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), em julho/2010.
  10. INT - Instituto Nacional de Tecnologia. Projeto: "IX Seminário Brasileiro de Tecnologia Enzimática - ENZITEC 2010". Processo nº 01.200.002781/2010-63 - Descentralizado o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), em agosto/2010.
  11. CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Projeto: "Formação de Recursos Humanos em Produção de Hidrogênio a Partir de Fontes Renováveis no Instituto Nacional de Tecnologia - INT". Processo nº 01200.003881/2010-15 - Descentralizado o valor de R\$ 59.805,36 (Cinquenta e nove mil, oitocentos e cinco reais e trinta e seis centavos), em setembro/2010.
  12. CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Projeto: "Estudo da Aplicação de Ultrassom na Hidrólise de Material Celulósico e Hemicelulósico de Resíduos de Banana Nanica para a Obtenção de Etanol". Processo nº 01200.004624/2010-92 – Des-

## ***Gestão de Programas e Ações***

---

centralizado o valor de R\$ 130.356,00 (Cento e trinta mil, trezentos e cinquenta e seis reais), em novembro/2010.

- 13.CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Projeto: "Capacitação do Laboratório de Combustíveis e Lubrificantes do INT, para Continuidade e Aprimoramento das atividades de Caracterização, Controle da Qualidade e Apoio ao Projeto de P,D&I para Produção de Biodiesel a partir de Heterogenização de Catalisadores Nanoestruturados, tendo por base a Estrutura de Keggin". Processo nº 01200.004644/2010-63 - Descentralizado o valor de R\$ 252.575,00 (Duzentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais), em novembro/2010.

O valor total empenhado para a realização dos projetos foi de R\$ 2.074.570,16, dos quais R\$ 707.635,00 foram liquidados, R\$ 1.366.935,16 inscritos em restos a pagar e R\$ 425.429,84 não utilizados.

### **Metas e Resultados da Ação**

<b>Previstas</b>		<b>Realizadas</b>	
<b>Física</b>	<b>Financeira</b>	<b>Física</b>	<b>Financeira</b>
6	2.500.000,00	13	2.074.570,16

## Desempenho Orçamentário/Financeiro

A SETEC não é uma unidade orçamentária. A Secretaria recebe, anualmente, o limite monetário da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) para detalhamento das despesas com custeio e capital. Em 2010, o limite foi de R\$ 13.386.218,00, o mesmo limite de 2009.

A alteração ocorrida na programação foi em relação aos recursos das emendas parlamentares inseridos nas ações 2B41 e 8470, alterando o limite para R\$ 157.547.777,00 (cento e cinquenta e sete milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, setecentos e setenta e sete reais).

### Créditos Orçamentários SETEC – 2010

Exercício	PT	Grupo de Despesa	LOA		
			Dotação Proposta	PLOA	LOA
<b>2010</b>	19122138822720001	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	905.000,00	905.000,00	905.000,00
		4 INVESTIMENTOS	95.000,00	95.000,00	95.000,00
		<b>Total:</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>
	1957213882B410001	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	600.000,00	600.000,00	23.100.000,00
		4 INVESTIMENTOS	900.000,00	900.000,00	23.400.000,00
		<b>Total:</b>	<b>1.500.000,00</b>	<b>1.500.000,00</b>	<b>46.500.000,00</b>
	19572138862570001	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	800.000,00	800.000,00	800.000,00
		4 INVESTIMENTOS	900.000,00	900.000,00	900.000,00
		<b>Total:</b>	<b>1.700.000,00</b>	<b>1.700.000,00</b>	<b>1.700.000,00</b>
	19572138868460001	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.300.000,00	1.300.000,00	1.300.000,00
		4 INVESTIMENTOS	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
		<b>Total:</b>	<b>2.300.000,00</b>	<b>2.300.000,00</b>	<b>2.300.000,00</b>
	19572138884700001	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.386.218,00	3.386.218,00	3.386.218,00
		4 INVESTIMENTOS	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
		<b>Total:</b>	<b>4.386.218,00</b>	<b>4.386.218,00</b>	<b>4.386.218,00</b>
	19572138884700026	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	400.000,00
		4 INVESTIMENTOS	-	-	-
		<b>Total:</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>400.000,00</b>
	19572138884700041	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	300.000,00
		4 INVESTIMENTOS	-	-	200.000,00
		<b>Total:</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>500.000,00</b>

## Desempenho Orçamentário/Financeiro

### Créditos Orçamentários SETEC – 2010

Exercício	PT	Grupo de Despesa	LOA		
			Dotação Proposta	PLOA	LOA
19572138884700064		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	-
		4 INVESTIMENTOS	-	-	25.328.362,00
		<b>Total:</b>	-	-	<b>25.328.362,00</b>
19572138884700070		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	25.725.676,00
		4 INVESTIMENTOS	-	-	-
		<b>Total:</b>	-	-	<b>25.725.676,00</b>
19572138884700072		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	-
		4 INVESTIMENTOS	-	-	17.506.108,00
		<b>Total:</b>	-	-	<b>17.506.108,00</b>
19572138884700074		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	5.299.121,00
		4 INVESTIMENTOS	-	-	15.897.362,00
		<b>Total:</b>	-	-	<b>21.196.483,00</b>
19572138884700076		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	2.551.479,00
		4 INVESTIMENTOS	-	-	5.953.451,00
		<b>Total:</b>	-	-	<b>8.504.930,00</b>
19754140989710001		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.250.000,00	1.250.000,00	1.250.000,00
		4 INVESTIMENTOS	1.250.000,00	1.250.000,00	1.250.000,00
		<b>Total:</b>	<b>2.500.000,00</b>	<b>2.500.000,00</b>	<b>2.500.000,00</b>
<b>Total 2010:</b>			<b>13.386.218,00</b>	<b>13.386.218,00</b>	<b>157.547.777,00</b>

Fonte: CGOF/MCT

Foram cancelados créditos no valor de R\$ 16,5 milhões, sendo R\$ 400 mil da Ação 6257 e R\$ 16,1 milhões da Ação 2B41.

Conforme já mencionado anteriormente os recursos originários de emendas parlamentares inseridos na Ação 2B41 no valor de R\$ 45 milhões ficaram sob a responsabilidade da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS (Portaria nº 686, de 03/09/2010).

## *Desempenho Orçamentário/Financeiro*

A principal dificuldade ocorreu na execução orçamentária da Ação 8470 que ficou prejudicada pela falta de recursos humanos compatíveis, em especial na área de engenharia civil, para analisar e acompanhar os projetos das emendas que envolviam obras civis. Ao longo do ano de 2010 a Secretaria manifestou preocupação às instâncias superiores do Ministério em relação ao problema. A solução encontrada foi a formalização de um acordo de cooperação com a Universidade de Brasília para realizar estudos, acompanhamento e avaliação técnicas de projetos que envolviam obras civis.

Além disso, por se tratar de ano eleitoral houve dificuldades inerentes às limitações legais de transferências de recursos para Estados e Municípios impostas pela legislação.

### Execução Orçamentária 2010 - Capital

Grupo de Despesa	PT	Elemento da Despesa	Empenhado	Liquidado	RP Não Processados	Pago
4 - Capital	1957213882B410001	51 OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORB. EQUIP.E MATERIAL	900.000,00	-	900.000,00	-
		52 PERMANENTE - OP.INTRA-ORB.	4.983.357,45	1.526.623,86	3.456.733,59	1.526.623,86
	19572138862570001	20 AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	177.000,00	177.000,00	-	177.000,00
		52 PERMANENTE - OP.INTRA-ORB. EQUIP.E MATERIAL	668.521,00	388.361,91	280.159,09	388.361,91
	19572138868460001	52 PERMANENTE - OP.INTRA-ORB.	279.993,00	254.993,00	25.000,00	-
	19572138884700041	41 TRANSFERENCIAS CONS.PUBLICOS	200.000,00	-	200.000,00	-
	19572138884700064	42 AUXILIOS	20.852.881,71	-	20.852.881,71	-
		51 OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORB. EQUIP.E MATERIAL	2.130.927,44	1.000.000,00	1.130.927,44	-
		52 PERMANENTE - OP.INTRA-ORB.	2.344.552,85	-	2.344.552,85	-
	19572138884700072	41 TRANSFERENCIAS CONS.PUBLICOS	8.753.054,00	8.753.054,00	-	8.753.054,00
		42 AUXILIOS	8.753.054,00	-	8.753.054,00	-
	19572138884700074	42 AUXILIOS	15.897.362,00	-	15.897.362,00	-
	19572138884700076	42 AUXILIOS	5.953.450,98	-	5.953.450,98	-
	19754140989710001	39 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	10.890,00	10.890,00	-	10.890,00
		52 PERMANENTE - OP.INTRA-ORB. EQUIP.E MATERIAL	1.065.784,65	274.208,32	791.576,33	224.414,79
<b>Total:</b>			<b>72.970.829,08</b>	<b>12.385.131,09</b>	<b>60.585.697,99</b>	<b>11.080.344,56</b>

Fonte: CGOF/MCT

## Desempenho Orçamentário/Financeiro

### Execução Orçamentária 2010 - Custeio

Grupo de Despesa	PT	Elemento da Despesa	Empenhado	Liquidado	RP Não Processados	Pago	
3 - Custeio	19122138822720001	14 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	175.896,17	175.896,17	-	175.896,17	
		33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	252.658,46	252.658,46	-	252.658,46	
		36 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA	11.157,30	11.157,30	-	11.157,30	
		37 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	574.857,61	574.857,61	-	574.857,61	
		39 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	60.211,27	60.211,27	-	60.211,27	
		92 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	86,83	86,83	-	86,83	
		93 INDENIZACOES E RESTITUICOES	53.387,15	53.387,15	-	51.587,15	
		1957213882B410001	14 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	40.562,64	40.562,64	-	40.562,64
			18 AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	228.194,64	-	228.194,64	-
	30 MATERIAL DE CONSUMO		190.962,02	22.057,46	168.904,56	17.406,33	
	33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO		76.746,27	68.149,17	8.597,10	52.282,68	
	35 SERVICOS DE CONSULTORIA		15.884,67	15.884,67	-	15.884,67	
	36 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA		86.836,67	26.811,68	60.024,99	26.811,68	
	39 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.		3.749.375,40	2.769.265,40	980.110,00	2.769.265,40	
	41 TRANSFERENCIAS CONS.PUBLICOS		599.985,00	-	599.985,00	-	
	47 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS		4.279,79	-	4.279,79	-	
	19572138862570001	20 AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	18.000,00	18.000,00	-	18.000,00	
		36 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA	20.900,00	20.900,00	-	20.900,00	
		39 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	55.620,00	55.620,00	-	55.620,00	
		41 TRANSFERENCIAS CONS.PUBLICOS	239.460,00	20.000,00	219.460,00	20.000,00	
	19572138868460001	14 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	403,16	403,16	-	403,16	
		30 MATERIAL DE CONSUMO	53.296,63	53.296,63	-	-	
		33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	35.401,27	35.401,27	-	5.821,27	
		36 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA	20.768,20	20.768,20	-	20.768,20	
		39 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	856.466,84	721.520,84	134.946,00	385.000,00	
		41 TRANSFERENCIAS CONS.PUBLICOS	50.000,00	50.000,00	-	50.000,00	

## Desempenho Orçamentário/Financeiro

### Execução Orçamentária 2010 – Custeio

Grupo de Despesa	PT	Elemento da Despesa	Empenhado	Liquidado	RP Não Processados	Pago
19572138884700001	14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.329,06	2.329,06	-	2.329,06
	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	79.200,00	2.400,00	76.800,00	2.400,00
	20	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	216.000,00	-	216.000,00	-
	30	MATERIAL DE CONSUMO	42.166,59	14.537,32	27.629,27	13.997,35
	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	76.980,00	-	76.980,00	-
	36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA	123.400,00	-	123.400,00	-
	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	1.230.891,86	136.855,11	1.094.036,75	107.055,11
	41	TRANSFERENCIAS CONS.PUBLICOS	820.000,00	70.000,00	750.000,00	70.000,00
	47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	36.580,00	-	36.580,00	-
19572138884700041	41	TRANSFERENCIAS CONS.PUBLICOS	300.000,00	220.094,24	79.905,76	220.094,24
19572138884700070	41	TRANSFERENCIAS CONS.PUBLICOS	25.725.676,00	10.000.000,00	15.725.676,00	10.000.000,00
19572138884700074	41	TRANSFERENCIAS CONS.PUBLICOS	5.299.121,00	-	5.299.121,00	-
19572138884700076	41	TRANSFERENCIAS CONS.PUBLICOS	2.551.479,00	-	2.551.479,00	-
19754140989710001	04	CONTRATATAcao POR TEMPO DETERMINADO	1.300,00	1.300,00	-	1.300,00
	14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	34.940,22	34.486,30	453,92	34.486,30
	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	312.380,36	19.459,96	292.920,40	19.459,96
	30	MATERIAL DE CONSUMO	131.661,77	92.412,33	39.249,44	8.371,49
	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	57.268,73	31.956,08	25.312,65	31.956,08
	36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA	152.392,04	145.867,18	6.524,86	136.876,08
	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	254.284,53	86.464,53	167.820,00	78.756,53
	47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	19.086,85	18.642,85	444,00	18.642,85
<b>Total:</b>			<b>44.938.536,00</b>	<b>15.943.700,87</b>	<b>28.994.835,13</b>	<b>15.370.905,87</b>

## *Indicadores de Desempenho*

---

Os indicadores de desempenho apontados nos Programas 1388 e 1409 abaixo são de difícil mensuração.

Entretanto, podemos identificar como indicadores de desempenho não vinculados aos programas, mas relevantes para demonstrar o esforço e a eficiência governamental:

1. Os resultados já alcançados com a implementação e o aperfeiçoamento da Lei de Inovação evidenciando uma crescente incorporação do conceito de inovação no meio empresarial.
2. Os resultados alcançados com os incentivos constantes da Lei do Bem (Capítulo III), que em 2009 atingiram 0,27% do PIB.
3. O aumento no número de empresas habilitadas a usufruírem os incentivos da Lei do Bem que em 2009 foram 15% superiores a 2008.
4. O aumento dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) nas Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT), proporcionando aumento de recursos provenientes dos contratos de transferência e licenciamento de tecnologia.
5. O aumento da capacidade de inovação das empresas por meio da mobilização e da capacitação de pessoas realizadas na agenda das instituições parceiras do Pro-Inova comprometidas com o tema.
6. O fortalecimento das linhas de crédito à inovação pelas agências do Governo.
7. O aumento dos recursos aplicados nas microempresas e empresas de pequeno porte.
8. A inserção de 312 mestres e doutores e de 378 técnicos em atividades de P,D&I nas empresas.
9. O aumento dos investimentos em P&D pelas empresas e do número de pessoas trabalhando em atividades de P&D nas empresas.
10. O aumento da taxa de inovação do setor industrial.
11. A expansão do número de empresas industriais inovadoras que receberam suporte do governo refletindo o crescimento dos recursos públicos destinados a apoiar a inovação.

## *Indicadores de Desempenho*

---

- 12.A expansão do número de empresas industriais inovadoras que receberam suporte do governo refletindo o crescimento dos recursos públicos destinados a apoiar a inovação.
- 13.Aumento dos investimentos em P&D nas áreas de energia elétrica, energias renováveis visando o desenvolvimento de novas tecnologias.

## Restos a Pagar

A situação dos restos a pagar processados de 2007 a 2010 foi:

Ano	Programa de Trabalho	RP Processados			
		Inscritos	Cancelados	Pagos	a Pagar
<b>2007</b>	19122138822720001	-	-	-	-
	1957213882B410001	21.796,75	-	21.796,75	-
	19572138862570001	4.750,00	-	4.750,00	-
	19572138868460101	-	-	-	-
	<b>Total:</b>	<b>26.546,75</b>	-	<b>26.546,75</b>	-
<b>2008</b>	1957213882B410001	-	-	-	-
	19572138862570001	-	-	-	-
	19572138868460001	-	-	-	-
	19572138884700001	-	-	-	-
	19572138884700056	-	-	-	-
	19572140989710001	13.376,14	-	13.376,14	-
	<b>Total:</b>	<b>13.376,14</b>	-	<b>13.376,14</b>	-
<b>2009</b>	19122138822720001	1.800,00	-	1.800,00	-
	1957213882B410001	2.387,04	-	2.387,04	-
	19572138862570001	-	-	-	-
	19572138862570056	-	-	-	-
	19572138868460001	13.424,00	-	13.424,00	-
	19572138884700001	-	-	-	-
	19572138884700060	-	-	-	-
	19572138884700062	-	-	-	-
	19754140989710001	-	-	-	-
<b>Total:</b>	<b>17.611,04</b>	-	<b>17.611,04</b>	-	
<b>2010</b>	19122138822720001	1.800,00	-	1.800,00	-
	1957213882B410001	20.517,62	-	20.517,62	-
	19572138862570001	-	-	-	-
	19572138868460001	674.390,47	-	674.390,47	-
	19572138884700001	30.339,97	-	30.339,97	-
	19572138884700041	-	-	-	-
	19572138884700064	1.000.000,00	-	1.000.000,00	-
	19572138884700070	-	-	-	-
	19572138884700072	-	-	-	-
	19572138884700074	-	-	-	-
	19572138884700076	-	-	-	-
	19754140989710001	150.533,47	-	150.533,47	-
	<b>Total:</b>	<b>1.877.581,53</b>	-	<b>1.877.581,53</b>	-
<b>Total:</b>	<b>1.935.115,46</b>	-	<b>1.935.115,46</b>	-	

## Restos a Pagar

Com relação aos restos a pagar não processados, a situação da Secretaria em 31 de dezembro de 2010 era:

Ano	Programa de Trabalho	RP Não Processados			
		Inscritos	Cancelados	Pagos	a Pagar
<b>2007</b>	19122138822720001	80.433,33	-	-	80.433,33
	1957213882B410001	1.057.805,56	200.136,50	831.606,80	26.062,26
	19572138862570001	209.900,00	107.000,00	102.900,00	-
	19572138868460101	1.017.258,17	-	804.888,00	212.370,17
	<b>Total:</b>	<b>2.365.397,06</b>	<b>307.136,50</b>	<b>1.739.394,80</b>	<b>318.865,76</b>
<b>2008</b>	1957213882B410001	426.810,39	9.437,93	417.372,46	-
	19572138862570001	284.200,00	-	284.200,00	-
	19572138868460001	1.261.132,79	275.057,39	982.813,48	3.261,92
	19572138884700001	9.897.759,34	1.500.000,02	5.331.018,43	3.066.740,89
	19572138884700056	1.300.000,00	-	994.844,58	305.155,42
	19572140989710001	588.072,02	151,93	483.448,03	104.472,06
	<b>Total:</b>	<b>13.757.974,54</b>	<b>1.784.647,27</b>	<b>8.493.696,98</b>	<b>3.479.630,29</b>
<b>2009</b>	19122138822720001	-	-	-	-
	1957213882B410001	241.967,66	18.233,45	88.734,21	135.000,00
	19572138862570001	274.687,55	11.083,30	192.984,18	70.620,07
	19572138862570056	210.000,00	-	210.000,00	-
	19572138868460001	993.394,86	51.068,97	712.793,67	229.532,22
	19572138884700001	1.000.000,00	-	1.000.000,00	-
	19572138884700060	500.000,00	-	-	500.000,00
	19572138884700062	250.000,00	-	250.000,00	-
	19754140989710001	1.258.836,95	20,00	1.015.112,11	243.704,84
<b>Total:</b>	<b>4.728.887,02</b>	<b>80.405,72</b>	<b>3.469.624,17</b>	<b>1.178.857,13</b>	
<b>2010</b>	19122138822720001	-	-	-	-
	1957213882B410001	6.406.829,67	8.694,28	1.105.420,23	5.292.715,16
	19572138862570001	499.619,09	210.000,00	159.794,79	129.824,30
	19572138868460001	159.946,00	-	-	159.946,00
	19572138884700001	2.401.426,02	-	532.785,48	1.868.640,54
	19572138884700041	279.905,76	-	-	279.905,76
	19572138884700064	24.328.362,00	3.475.480,26	3.475.480,29	17.377.401,45
	19572138884700070	15.725.676,00	-	-	15.725.676,00
	19572138884700072	8.753.054,00	-	7.002.443,20	1.750.610,80
	19572138884700074	21.196.483,00	-	-	21.196.483,00
	19572138884700076	8.504.929,98	-	-	8.504.929,98
	19754140989710001	1.324.301,60	-	27.714,95	1.296.586,65
	<b>Total:</b>	<b>89.580.533,12</b>	<b>3.694.174,54</b>	<b>12.303.638,94</b>	<b>73.582.719,64</b>
<b>Total:</b>	<b>110.432.791,74</b>	<b>5.866.364,03</b>	<b>26.006.354,89</b>	<b>78.560.072,82</b>	

## *Restos a Pagar*

---

Nos restos a pagar não processados, inscritos em 2008, a SETEC justificou a prorrogação de R\$ 321.194,24 destinados a Fundação Universidade Federal do Tocantins, processo nº 01200.003964/2008-81, visando à implantação da Incubadora da Universidade Federal do Tocantins (UFT), em Gurupi. A obra encontra-se em fase de finalização com término previsto para junho de 2011, quando será pago o restante do valor contratado. Empenho: 2008NE000389.

A SETEC justificou ainda os restos a pagar inscritos no ano de 2009 visando sua prorrogação:

(i) R\$ 500 mil originários da emenda parlamentar nº 31730007, destinado à Prefeitura do Município de Ijuí-RS para a realização do projeto de “Construção da Incubadora de Empresas de Inovação e Tecnologia, primeiro módulo”. O valor total do projeto é de R\$ 555.556,00 (quinhentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e seis reais), sendo de responsabilidade do MCT, o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Processo nº 01200.004508/2009-30. O convênio foi prorrogado e aguardava a aprovação pelo MCT dos custos da obra de engenharia para repasse imediato dos recursos. Empenho: 2009NE902405.

(ii) R\$ 220 mil para o CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científica e Tecnológico – Administração Central para apoiar o projeto "Redes Tecnológicas Mercosul de C&T", executado pela agência. Os recursos objeto de empenho foram destinados ao pagamento de bolsas a serem implementadas e debitadas mês a mês, de acordo com o pagamento efetuado, e que, portanto, necessários serem mantidos para permitir a conclusão do projeto e o alcance das metas pactuadas. Empenho: 2009NE025163.

(iii) R\$ 20 mil para a União Brasileira de Educação e Assistência (UBEA). O convênio 01.0088/2008 vigente até dezembro de 2011 vem atingindo as metas pactuadas. Foi solicitado pelo beneficiário remanejamento de recursos entre rubricas de mesma natureza de despesas, aprovados pelas áreas técnica, jurídica e de convênios do MCT. Empenho 2009NE900692.

(iv) R\$ 47,8 mil para o CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) para apoiar o

## *Restos a Pagar*

---

projeto "Melhorias tecnológicas, ambientais e energéticas da produção de rochas ornamentais por meio da Avaliação do Ciclo de Vida do Produto (ICV-ROCHAS)". A vigência do convênio é até novembro de 2011. Os recursos objeto de Empenho 2009NE025161 foram destinados ao pagamento de bolsas implementadas e debitadas mês a mês, de acordo com o pagamento efetuado.

(v) R\$ 354,9 mil para o Convênio 140/2006 da Universidade Caxias do Sul a ser pago no ano de 2011 como 3ª parcela. Não foi pago em 2009 devido a instituição não ter enviado o relatório de prestação de contas da 1ª parcela. O projeto da UCS estava em andamento e com resultados que dependem do aporte dessa última parcela. Empenho 2009 NE 901195 – R\$ 135.000,00 (Ação2B41) e 2009 NE 901194 restos a pagar no valor de R\$ 219.885,00 (Ação 8971).

Em relação aos restos a pagar 2010, os convênios da Ação 8470 com recursos originários de emenda parlamentar foram contratados com cláusulas suspensivas de 180 dias para apresentação dos projetos básicos e termos de referência, motivo da inscrição em 31.12.2010 em restos a pagar.

Os restos a pagar constantes da Ação 6257 foram devido a inadimplência de regularidade fiscal e os constante na Ação 6846 devido ao atraso na liberação financeira pela Divisão de Convênios do Ministério.

## Recursos Humanos

Em 2010, a lotação da Secretaria era composta de 53 funcionários, sendo 27 servidores da carreira de ciência e tecnologia, (4 assistentes de ciência e tecnologia e 23 analistas de ciência e tecnologia), 4 estagiários, 3 consultores UNESCO, 3 DAS requisitados, 2 gestores MPOG, 3 DAS sem vínculo, 2 DAS aposentados, 11 terceirizados, distribuídos conforme as tabelas a seguir.

Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
<b>1 Provimento de cargo efetivo</b>				
<b>1.1 Membros de poder e agentes políticos</b>	-	-	-	-
<b>1.2 Servidores de Carreira</b>				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	12	6	4
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-		-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	3	-	-
<b>1.3 Servidores com Contratos Temporários</b>	-	-	-	-
<b>1.4 Servidores Cedidos ou em Licença</b>				
1.4.1 Cedidos	-	2	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	-	-	-
<b>2 Provimento de cargo em comissão</b>				
<b>2.1 Cargos Natureza Especial</b>	-	-	-	-
<b>2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior</b>				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	10	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	1	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	Idem ao 1.2.4	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	3	-	-
2.2.5 Aposentado	-	2	-	-
<b>2.3 Funções gratificadas</b>				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	3	-	1
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	1	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
<b>3 Empregados públicos</b>	-	-	1	1
<b>4 Total</b>	-	37	7	6

Fonte: SETEC

## Recursos Humanos

Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
<b>1 Integral</b>		
1.1 Voluntária	2	-
1.2 Compulsório	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
<b>2 Proporcional</b>		
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsório	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-

Fonte: CGRH/SPOA

Composição do Quadro de Estagiários – Situação apurada em 31/12/2010

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>Nível Superior</b>					
– Área Fim					
– Área Meio	0	2	3	4	12.057,99
<b>Nível Médio</b>					
– Área Fim					
– Área Meio					

Fonte: CGRH/SPOA

Composição do Quadro dos Terceirizados

Identificação do Contrato	Área	Quantidade	Unidade Administrativa
Patrimonial	1	10	SETEC
Ágil	1	1	SETEC

Fonte: SETEC

Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação dos projetos de Cooperação Técnica	
914 BRA 5065	4/013/2009
914 BRA 5065	4/014/2009
914 BRA 5065	1/011/2009

Fonte: SETEC

## Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
<b>1. Provedimento de cargo efetivo</b>					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	4	7	-	1	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	1	1	-	-	-
1.5. Empregados públicos	-	-	-	-	-
<b>2. Provedimento de cargo em comissão</b>					
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	4	5	6	4
2.3. Funções Gratificadas		1		2	1

Fonte: SETEC

Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provedimento de cargo efetivo</b>									
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	1		5	4	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	1	-	1	-	-
1.5. Empregados públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provedimento de cargo em comissão</b>									
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	1	2	9	3	4
2.3. Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.4. Funções gratificadas	-	-	-	-	1	-	2	-	1

### **LEGENDA**

#### **Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SETEC

## Recursos Humanos

### Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retrib.	Gratíf.	Adic.	Indeniz.	Benef. Assist. e Previdenc.	Demais despesas variáveis	
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>								
2008								
2009								
2010								
<b>Empregado Público</b>								
2008								
2009								
2010								
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>								
2008	13.037,99		18.998,81	812,91				32.849,71
2009	28.715,34		35.401,36	938,16				65.054,86
2010	42.678,42		35.401,36	938,16				79.017,94
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>								
2008								
2009								
2010								
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>								
2008								
2009								
2010								
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>								
2008								
2009								
2010								
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>								
2008	31.751,73		33.675,09	3.875,33				69.302,15
2009	38.272,84		38.159,08	4.456,41				80.888,33
2010	41.401,85		38.159,08	4.456,41				84.017,34
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>								
2008	5.758,84		6.164,24	1.228,65				13.151,73
2009	9.041,40		7.655,83	1.412,88				18.110,11
2010	9.134,58		7.655,83	1.412,88				18.203,29

Fonte: CGRH/SPOA

Embora a Secretaria tenha recebido 6 novos analista de ciência e tecnologia, a SETEC não atingiu ainda sua lotação ideal. Para atender satisfatoriamente as atribuições regimentais seriam necessários mais 10 analistas de ciência e tecnologia.

No caso dos assistentes de C&T a situação é preocupante. Em dezembro de 2010 a força de trabalho de apoio administrativo ficou reduzida a 3 assistentes. O concurso público realizado em 2008 contemplou apenas 37 vagas de assistentes para todo o ministério, embora houvesse a necessidade de substituição dos terceirizados. A SETEC precisa recompor sua lotação de servidores de nível médio em pelo menos 10 novos assistentes.

### TRANSFERÊNCIAS SETEC 2010

PROCESSOS	SOLICITANTE	OBJETO	MCT	CONTRAPARTIDA	TOTAL	OBSERVAÇÕES
01200.003403/2010-05	Prefeitura de Fortaleza	EVTE – Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica da implantação do Parque Tecnológico de Fortaleza	750.000,00	187.500,00	937.500,00	Convênio com cláusula suspensiva, aguardando aprovação da CONJUR e Termo de Referência.
01200.002027/2010-23	Universidade de Santa Maria	Complementação da Infra Estrutura para operacionalização do parque Tec. Sta. Maria	490.000,00	-	490.000,00	Recurso descentralizado em 28/07, 100% empenhado com saldo a pagar de R\$ 383.944,89.
01200.002027/2010-23	UNIPAMPA	Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da UNIPAMPA	16.329,06	-	16.329,06	Recurso descentralizado em 07/10/2010 R\$200.000,00. Devolução de liberação orçamentária no valor de R\$ 183.670,94.
01200.003784/2010-14	UFSCAR/SOROCABA	Apoio ao Parque Tecnológico de Sorocaba (PTS)	76.528,88	-	76.528,88	Recurso descentralizado em 10/09/2010, R\$ 199.852,02. Devolução de liberação orçamentária no valor de R\$ 123.323,14.
01200.003455/2010-73	Fed. Ouro Preto	Apoio ao Projeto Universidade Empreendedor da UFOP	150.000,00	-	150.000,00	Recurso descentralizado, empenhado e pago em 2010.
01200.002502/2010-61	Fed. Goiás	Apoio ao projeto de Estruturação e Consolidação do Proine/UFG como Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos – CERNE	199.555,21	-	199.555,21	Recurso descentralizado R\$ 200.000,00. Devolução de liberação orçamentária no valor de R\$ 444,79.

## Transferências

PROCESSOS	SOLICITANTE	OBJETO	MCT	CONTRAPARTIDA	TOTAL	OBSERVAÇÕES
01200.001994/2010-78	ANPROTEC	XX Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas - Campo Grande-MS	70.000,00	17.500,00	87.500,00	Convênio empenhado, executado e pago em 2010.
01200.004166/2010-91	UFSC	Programa de Pré-Incubação da Universidade Federal de SC	250.000,00	-	250.000,00	Recurso descentralizado e empenhado em 2010.
01200.005090/2010-11	CDT/UnB	Projeto Infra-estrutura de alta complexidade e inovação, estudos comparativos de parques tecnológicos e incubadoras de empresas	490.700,00	-	490.700,00	Recurso descentralizado e empenhado em 2010.
01200.002561/2010-30	IFET Sul Riograndense	Apoio ao projeto de reforma do prédio da incubadora de empresas do Instituto Federal de Ciência e Tecnológico Sul Riograndense	51.136,65	-	51.136,65	Recurso descentralizado. Devolução de liberação orçamentária no valor de R\$ 48.863,35.
01200.002506/2010-40	IFET Sta. Catarina	Incubadora Tec. Do IFSC	83.897,71	-	83.897,71	Recurso descentralizado R\$ 100.000,00. Devolução de liberação orçamentária no valor de R\$ 16.102,29.

## Transferências

PROCESSOS	SOLICITANTE	OBJETO	MCT	CONTRAPARTIDA	TOTAL	OBSERVAÇÕES
01200.005040/2010-34	Prefeitura Municipal de Passo Fundo	Estruturação do Parque Científico e Tecnológico do Planalto Médio através de aquisição de equipamentos.	3.475.480,29	310.000,71	3.785.481,00	Convênio com cláusula suspensiva. Aguardando aprovação do Termo de Referência
01200.004610/2010-79	Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo	Equipar a infraestrutura de laboratórios dos parques tecnológicos HAMBURGTECH e VALETEC	3.475.480,29	319.744,19	3.795.224,48	Convênio com cláusula suspensiva. Aguardando aprovação do Termo de Referência
01200.004726/2010-16	Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul	Implantação da 1ª Fase do Parque Científico Tecnológico Regional - TECNO - UNISC	3.475.480,29	302.215,68	3.777.695,97	Convênio com cláusula suspensiva. Aguardando aprovação do Termo de Referência
01200.004870/2010-44	Prefeitura Municipal de Lageado (UNIVATES)	Implantar o Parque Científico e Tecnológico do Vale do Taquari - TECNOVATES	3.475.480,29	302.215,68	3.777.695,97	Convênio com cláusula suspensiva. Aguardando aprovação do Termo de Referência
01200.005083/2010-10	Prefeitura Municipal de Pelotas	Reforma e adaptação do prédio que irá abrigar o Parque Tecnológico de Pelotas visando o fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Rio Grande do Sul.	3.475.480,29	302.221,19	3.777.701,48	Convênio com cláusula suspensiva. Aguardando aprovação do TR e do Projeto Básico (obras)

## Transferências

PROCESSOS	SOLICITANTE	OBJETO	MCT	CONTRAPARTIDA	TOTAL	OBSERVAÇÕES
01200.004510/2010-42	UFRGS	Implantação do Centro de Tecnologia Celular para o Estudo e Tratamento de Pacientes com Necessidades Especiais, Mobilidade Reduzida e Idosos	3.475.480,29	-	3.475.480,29	Recurso descentralizado, empenhado e financeiro liberado em 2010.
01200.004475/2010-61	UFSM	Implantação do Parque Tecnológico da UFSM	1.000.000,00	-	1.000.000,00	Recurso descentralizado, empenhado e financeiro liberado em 2010.
01200.001918/2010-62	Núcleo de Gestão do Porto Digital - NGPD	Fortalecimento e consolidação do Parque Tecnológico Porto Digital, de Recife/PE.	25.725.676,00	6.431.419,00	32.157.095,00	Recursos repassados e convênio em execução.
01200.001410/2010-64	Prefeitura de Pato Branco	Implantação do Parque Tecnológico de Pato Branco	7.002.443,20	778.049,24	7.780.492,24	Recursos repassados e convênio em execução.
01200.002285/2010-10	Prefeitura de Londrina	Implantação do Laboratório de Análise de Alimentos e Produtos Afins no Parque Tecnológico de Londrina Francisco Sciarra.	1.750.610,80	200.000,00	1.950.610,80	Convênio com cláusula suspensiva. Aguardando aprovação do Termo de Referência
01200.001668/2010-61	Prefeitura de Curitiba	Equipamentos para Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos de Curitiba	8.753.054,00	972.561,56	9.725.615,56	Recursos repassados e convênio em execução.

## Transferências

PROCESSOS	SOLICITANTE	OBJETO	MCT	CONTRAPARTIDA	TOTAL	OBSERVAÇÕES
01200.002336/2010-01	Município de Mossoró-RN	Criação e desenvolvimento de infraestrutura tecnologia para construção e desenvolvimento de Parque Tecnológico do Rio Grande do Norte em Mossoró.	21.196.483,00	2.355.164,77	23.551.647,78	Convênio com cláusula suspensiva. Aguardando aprovação do TR e do Projeto Básico (obras)
01200.002337/2010-48	Prefeitura de Vitória-ES	Construção do Centro de Inovação do Parque Tecnológico Metropolitano de Vitória	8.504.930,00	944.992,22	9.449.922,22	Convênio formalizado com cláusula suspensiva. Aguardando Termo de Referência e projeto básico (obras)
01200.001210/2010-10	CASNAV – Marinha do Brasil	XIII Simpósio de Pesquisa Operacional e Logística da Marinha do Brasil, no período de 12 a 13 de agosto de 2010, na Escola de Guerra Naval	30.000,00	-	30.000,00	Evento realizado conforme Plano de Trabalho. Recurso descentralizado, empenhado e pago em 2010.
01200.003440/2010-13	Fundação Arthur Bernardes – FUNARBE	Apoio para a realização do INOVATEC 2010 – 6º Feira de Inovação Tecnológica.	50.000,00	-	50.000,00	Convênio para apoio ao evento. Recurso empenhado e pago em 2010.
01200.003663/2010-72	INPE-RGS/UFSM	Projeto de instalação de um ambiente limpo e hipóxico no prédio do Centro Regional Sul do INPE	654.793,63	-	654.793,63	Recurso descentralizado, empenhado e pago em 2010.

## Transferências

PROCESSOS	SOLICITANTE	OBJETO	MCT	CONTRAPARTIDA	TOTAL	OBSERVAÇÕES
01200.002798/2010-11	UFMG/FORTEC	Treinamento, divulgação e consolidação das boas práticas para os núcleos de inovação das instituições de ensino pesquisa do Brasil através da parceria Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica CTIT-UFMG e o Fórum Nacional de Gestores da Inovação FORTEC	400.000,00	-	400.000,00	Recurso descentralizado, empenhado, e 88% pago em 2010.
01200.002286/2010-54	CETEM	Seminário Nacional de APL base mineral	26.589,47	-	26.589,47	Recurso descentralizado para apoio ao evento conforme Plano de Trabalho. Empenhado e pago em 2010, com cancelamento no valor de R\$ 3.410,53.
01200.004894/2010-01	UFC - RedeNIT/CE	Apoio ao Projeto Avaliação e Transferência de Tecnologia no Âmbito da Rede NIT-Ceará.	134.946,00	-	134.946,00	Recurso descentralizado e empenhado em 2010.
01200.000298/2010	CETEM	Aproveitamento de resíduos de rochas ornamentais	198.050,00	410.000,00	608.050,00	Aguardando envio do relatório final.

## Transferências

PROCESSOS	SOLICITANTE	OBJETO	MCT	CONTRAPARTIDA	TOTAL	OBSERVAÇÕES
01200.000493/2010	IFSP	Transferência Tecnologia xilitol orgânico	450.499,00	40.000,00	490.499,00	Em execução
01200.000756/2010	Embrapa Meio Norte	Congresso Bras. Palmeira de babaçu	50.000,0	22.000,00	72.000,00	Evento executado
01200.001250/2010	UFES	Eng. Metabólica para otimização da produção de etanol	217.216,14	-	217.216,14	Aguardando envio do relatório final
01200.001799/2010	IFSP	Implantação de infraestrutura de tec. de combustíveis	500.000,00	-	500.000,00	Aguardando envio do relatório final
01200.001683/2010	UFBA	Apoio a preparação de III escola de combustão	25.000,00	-	25.000,00	Aguardando envio do relatório final
01200.001972/2010	UFMS	Destilador piloto	220.277,73	106.660,00	326.937,73	Em execução
01200.002262/2010	INT	Workshop Brasil/Argentina	35.000,00	-	35.000,00	Descentralizado
01200.002351/2010	UFPE/Dept.Eng. Mec.	Estudo viabilidade Tec. Ec. Do uso do forno tubular	321.270,00	1.340.000,00	1.661.270,00	Em execução
01200.003881/2010	INT/CNPq	Formação de RH em Produção de Hidrogenio a partir de fontes renováveis	59.805,36	-	59.805,36	Em execução
01200.002781/2010	INT	IX Seminário Brasileiro de Tecnologia enzimática	40.000,00	-	40.000,00	Aguardando envio do relatório final
01200.004644/2010	CNP/INT	Capacitação do laboratório de combustíveis e Lubrificantes do INT	252.575,00	-	252.575,00	Em execução

## Transferências

PROCESSOS	SOLICITANTE	OBJETO	MCT	CONTRAPARTIDA	TOTAL	OBSERVAÇÕES
01200.003306/2008	UBEA/PUCRS	Apoio ao Fortec	29.460,00	-	29.460,00	Empenhado
01200.001416/2010	OBSERV. NACIONAL	Aquisição Pente Optico	450.000,00	-	450.000,00	Descentralizado
01200.001416/2010	LNLS	Detector unidimensional	195.000,00	-	195.000,00	Descentralizado
	SETEC	Despesas operacionais	400.000,00	-	400.000,00	Transferido
	UNB/FCE	Infraestrutura analítica campus ceilandia	270.000,00	-	270.000,00	Descentralizado
	UNESCO/PRODOC	Instrumentos de divulgação do SIBRATEC	50.400,00	-	50.400,00	Transferido
	UFSM	Feira de Inovação	50.000,00	-	50.000,00	Descentralizado
	PRODOC		41.052,00	-	41.052,00	Transferido
01200.00297/2010	IPEN	Implantação de infra estrutura laboratorial	461.000,00	-	461.000,0	Em execução
01200.0986/2010	UNIFEI	Des. Energias renováveis	210.805,36	-	210.805,36	Em execução
01200.0909/2010	EMBRAPA/PANTANAL	Produção de biofertilizante sodio a partir de pirólise de aguapé e secagem de iodo de biodigestor	350.000,00	170.000,00	520.000,00	Descentralizado
01200.001041/2010	UFOP	Ações Estratégicas para C&T energia solar	250.000,00	236.000,00	486.000,00	Aguardando envio do relatório final
01200.003881/2010	INT/CNPq	Formação de RH em produção de Hidrogênio	228.194,64		228.194,64	Em execução

## Estrutura de Controle

### ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO DA SETEC

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte ao seu funcionamento.					X
Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários dos diversos níveis da estrutura da unidade					X
A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente					X
Existe código formalizado de ética ou de conduta					X
Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta				X	
As declarações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades					X
Existe adequada segregação de funções nos processos de competência da UJ					X
Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ					X
<b>Avaliação de Risco</b>					
Os objetivos e metas da UJ estão formalizados					X
Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade				X	
É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna e externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e consequente adoção de medidas para mitigá-los		X			
É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão		X			
A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças nos perfis de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridade e a gerar informações úteis à tomada de decisão					X
Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidade nos processos internos da unidade	X				
Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidade e exigir eventuais ressarcimentos	X				
Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
Existem políticas e ações de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas				X	
As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo				X	
As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação				X	
As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle				X	
<b>Informação e Comunicação</b>					
A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas					X
As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas					X
A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível				X	
A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz					X

## Estrutura de Controle

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura					X
<b>Monitoramento</b>					
O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo				X	
O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas				X	
O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho				X	

Legenda: Níveis de avaliação: (1) totalmente inválida – significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ; (2) parcialmente inválida - significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria; (3) neutra – significa que não como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ; (4) parcialmente válida - significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, na sua maioria; (5) totalmente válida - significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

### **LEI DO BEM (nº 11.196, de 2005)**

Os incentivos fiscais constantes da Lei do Bem (Lei nº 11.196/de 2005) têm como objetivo incentivar as empresas a desenvolverem internamente inovações tecnológicas quer na concepção de novos produtos como no processo de fabricação e agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo.

No caso particular do Capítulo III – artigos 17 a 26 – da Lei do Bem a mesma tem como essência um conjunto de medidas de incentivos fiscais à inovação científica e tecnológicas dirigidas diretamente ao setor privado, por meio de um esforço concentrado na pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, de forma que possam contribuir para aumentar a competitividade das empresas nos mercados interno e externo e realizar um melhor aproveitamento do capital intelectual do País. Os incentivos fiscais são usufruídos pelas empresas no próprio exercício fiscal de forma automática

Os incentivos fiscais usufruídos de forma automática pelas empresas são:

- Exclusão no IRPJ do lucro líquido e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, do valor correspondente de até 60% da soma dos dispêndios, classificados como despesas operacionais pela legislação do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, realizados com P&D no período;
- Adição de até 20%, no caso de incremento do número de pesquisadores dedicados exclusivamente à pesquisa e desenvolvimento contratados no ano de referência;
- Adição de até 20%, no caso de patente concedida ou cultivar registrado;

O abatimento na base de cálculo do IRPJ + CSLL das empresas poderá chegar à dedução de 200% (100% das despesas realizadas + 60% pelo incentivo de realizar P&D + 20% pelo aumento de pesquisadores + 20% pela concessão de patente ou registro de cultivar), correspondendo a uma renúncia fiscal de até 34% dos dispêndios de P&D no País, próprios ou contratados

junto à MPE (Lei Complementar Nº 123/2006), consultores, universidades e instituições de pesquisa, desde que mantida a responsabilidade, o risco empresarial, a gestão e o controle da utilização dos resultados pela empresa beneficiária.

- Redução de 50% do IPI incidente sobre equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos adquiridos para pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
- Depreciação Integral de equipamentos e bens intangíveis, amortização acelerada exclusivamente para P&D;
- Redução a zero da alíquota do IR nas remessas efetuadas para o exterior destinadas ao registro e manutenção de marcas, patentes e cultivares;
- Crédito de 20% (em 2008) e de 10% (no período de 2009 até julho/2010) do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF, incidente sobre os valores pagos, remetidos ou creditados a beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, a título de *royalties*, de assistência técnica ou científica e de serviços especializados, previstos em contratos de transferência de tecnologia averbados ou registrados no Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI.

No caso específico do crédito de 20% do imposto sobre a renda retido na fonte (Art. 17, caput, Inciso V e § 5º da Lei nº 11.196/05 – Lei do Bem), **o mesmo foi revogado**, conforme Art. 32 da MP nº 497, de 27 de julho de 2010.

Ao Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT compete receber das empresas (pessoas jurídicas), até de julho 31 de julho de cada ano subsequente ao ano efetivo do usufruto dos benefícios, em meio eletrônico, conforme instruções por este estabelecidas, informações sobre seus programas de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica. As informações são consolidadas sob forma de Relatório Anual e enviadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil. O MCT não é gestor responsável pela concessão, pelo acompanhamento e nem pela fiscalização do benefício tributário, ou seja, não tem co-responsabilidade neste processo.

Devemos ressaltar que é possível que algumas empresas não tenham enviado informações ao MCT, mas tenham usufruídos dos incentivos fiscais.

Cabe à pessoa jurídica beneficiária dos incentivos fiscais de que trata o Decreto nº 5.798, de 07.06.2006, prestar ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em meio eletrônico, conforme instruções por este estabelecidas, informações sobre seus programas de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica até 31 de julho de cada ano. O MCT remete à Secretaria da Receita Federal “Relatório Anual da Utilização dos Incentivos Fiscais” contendo informações dos valores consolidados e opinativo quanto às informações prestadas. Segundo a legislação em vigor, cabe à Secretaria da Receita Federal – RFB realizar as fiscalizações nas empresas “in loco” e, na qualidade de órgão responsável pelas questões tributárias no Governo Federal, aprovar ou não a concessão dos incentivos fiscais pleiteados pelas empresas.

Compete às Delegacias Estaduais da Secretaria da Receita Federal do Brasil, por um período prescricional (5 anos), de realizarem as fiscalizações *in loco* para verificar as procedências das informações prestadas pelas empresas. A documentação relativa à utilização dos incentivos fica mantida pela pessoa jurídica beneficiária à disposição da referida fiscalização.

Em 2009, 542 empresas foram habilitadas a usufruírem os incentivos fiscais da Lei do Bem. O gasto do setor produtivo com P&D alcançou R\$ 8,33 bilhões de reais, sendo os setores de mecânica/transporte, eletro-eletrônica e química os maiores demandantes entre os 17 setores.

Embora no ano de 2009 tenha ocorrido uma pequena redução no valor total dos investimentos aplicados em P&D (cerca de 5%) em relação ao ano de 2008, os valores supramencionados evidenciam com clareza que continua existindo uma predisposição das empresas em continuarem realizando atividades de P&D nos seus ambientes produtivos.

Os valores renunciados em razão de cada renúncia tributária, posição em 31/12/2009, foram:

## Renúncia Fiscal

x RS 1.000,00

Tributos Renunciados	Valor
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	356.518,15
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ	990.328,20
Redução de IPI	151,73
Crédito de IR na Fonte	35.759,89
<b>TOTAL</b>	<b>1.382.757,97</b>

Obs: Valores oriundos das informações prestadas pelas empresas que atenderam o Artigo 17 da Lei 11.196/05.

Por Estados da Federação os valores foram:

Contribuintes Beneficiados pela Renúncia Fiscal da Lei do Bem – Pessoas Jurídicas

UF	2008		2009		2010	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC	0	0,00	0	0,00	-	-
AL	0	0,00	0	0,00	-	-
AP	0	0,00	0	0,00	-	-
AM	8	36.032,25	5	19.876,98	-	-
BA	8	18.688,98	10	13.580,86	-	-
CE	5	15.157,17	3	15.668,09	-	-
DF	0	0,00	1	1.734,10	-	-
ES	5	10.560,10	4	10.473,07	-	-
GO	1	5.364,38	6	7.139,89	-	-
MA	1	515,00	0	0,00	-	-
MT	0	0,00	0	0,00	-	-
MS	0	0,00	0	0,00	-	-
MG	31	116.509,52	40	131.826,60	-	-
PA	1	454,29	1	441,81	-	-
PB	2	602,58	1	39,36	-	-
PR	37	35.223,11	46	41.290,50	-	-
PE	5	1.138,86	5	1.081,68	-	-
PI	0	0,00	0	0,00	-	-
RJ	24	388.796,73	30	365.593,63	-	-
RN	2	344,00	0	0,00	-	-
RS	98	96.512,95	119	73.009,97	-	-
RO	0	0,00	0	0,00	-	-
RR	0	0,00	0	0,00	-	-
SC	31	31.840,30	33	28.819,88	-	-
SP	199	823.989,50	238	672.181,48	-	-
SE	2	783,04	0	0,00	-	-
TO	0	0,00	0	0,00	-	-
Σ	460	1.582.712,84	542	1.382.757,97	-	-

## *Deliberações e Recomendações dos Órgãos de Controle*

---

A SETEC adotou a recomendação do Acórdão TCU nº 1.562/2009 que tratou de relatório de auditoria operacional e financeira no Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, decorrente de solicitação do Senado Federal, com enfoque especial nos convênios celebrados com estados, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos no período de 2003 a 2006 para verificar e analisar a estrutura do órgão e as ações internas voltadas para o controle dos recursos repassados por meio de transferências voluntárias, verificar a existência de critérios objetivos para seleção das entidades beneficiárias dos recursos e as providências adotadas pelo órgão para o cumprimento de determinações do TCU atinentes às transferências voluntárias.

A Secretaria adotou a recomendação feita à Secretaria Executiva de providenciar normativo próprio visando estabelecer prazo mínimo de antecedência para o recebimento de propostas de convênios que considere, entre outros aspectos, a complexidade das propostas e o tempo mínimo necessário para todos os procedimentos técnicos e administrativos de análise e aprovação da proposta bem como de liberação de recursos.

Para tanto, a apresentação de propostas passou a seguir o disposto na Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008.

Os convênios aprovados passaram por análise e seleção técnica preliminar das Propostas de Trabalho no SICONV, considerando a disponibilidade orçamentária e financeira definida pela Secretaria e levando-se em consideração a existência ou não de emendas parlamentares específicas no Orçamento Geral da União em vigência, para apoio a cada proposta.

Na análise do plano de trabalho e dos projetos técnicos foi observado, além das normas legais pertinentes, o conjunto de requisitos gerais e específicos definidos pela Secretaria.

A análise dos projetos priorizou ainda a abordagem multi e interdisciplinar ou metodologia de trabalho participativo e adaptada à realidade local, a possibilidade de os beneficiários se apropriarem do conhecimento de CT&I gerado e o estabelecimento, sempre que possível, da convergência de

## ***Deliberações e Recomendações dos Órgãos de Controle***

---

políticas públicas na perspectiva do desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação.

A SETEC adotou também a determinação do Decreto nº 5.481, de 30.06.2005, a Portaria nº 262, de 30.08.2005 e a Portaria Interministerial nº 140, de 16.03.2006 disponibilizando na página da internet do Ministério seus relatórios de gestão.

## *Informações Contábeis da Gestão*

<b>DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>		<b>Código da UGR</b>	
Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - SETEC		240115	
<p>Após Análise dos registros contábeis e conformidade de registros de gestão que consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações, declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável - UGR, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - SETEC, observando que as ações de responsabilidade da SETEC são executadas pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL (UG 240101).</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>Brasília, DF</b>	<b>Data</b>	<b>02/02/2011</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>Eliana Yukiko Takenaka</b>	<b>CRC nº</b>	<b>6.666</b>

## Contratação de Consultores

Em 2010, a SETEC finalizou o trabalho de 3 consultores contratados por produto no âmbito dos projetos de cooperação técnica com a UNESCO.

Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação dos projetos de Cooperação Técnica	
914 BRA 5065 – Diretrizes e estratégias para ciência, tecnologia e inovação no Brasil	4/013/2009
914 BRA 5065 – Diretrizes e estratégias para ciência, tecnologia e inovação no Brasil	4/014/2009
914 BRA 5065 – Diretrizes e estratégias para ciência, tecnologia e inovação no Brasil	1/011/2009

Fonte: SETEC

### Informações sobre os contratos

Código do Contrato: 1/011/2009					
Objetivo da consultoria: subsidiar o Ministério na realização de análises e estudos em relação às políticas públicas de fomento à inovação e à competitividade, em especial as relativas ao marco legal da inovação.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total previsto no contrato	Total previsto no exercício de 2010	Total pago no exercício de 2010	Total pago até o final do exercício de 2010
01/09/2009	31/07/2010	44.000,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo análise e estudo das informações sobre a alocação de recursos destinado à inovação para programas e projetos de apoio ao desenvolvimento tecnológico das microempresas e empresas de pequeno porte e sugestões de alterações no formulário eletrônico disponibilizado pelo MCT, à época, aos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal atuante em P&D e capacitação tecnológica, bem como os órgãos congêneres ao MCT estaduais e municipais.			26/10/2009	8.000,00	
Documento técnico contendo a análise e estudo das informações sobre a política de propriedade intelectual, criações desenvolvidas, proteções requeridas e concedidas, contratos de licenciamento e contratos de transferência de tecnologia das ICT e sugestões de aprimoramento do formulário eletrônico disponibilizado pelo MCT às ICT.			17/12/2009	13.500,00	

## Contratação de Consultores

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo uma análise dos impactos da implementação da Leis Estaduais de estímulo à inovação, face à Lei Federal de Inovação em dois Estados, contemplando o estágio atual de promulgação das leis, itens comuns constantes nas leis e principais resultados apresentados pelas instituições de C&T	26/03/2010	12.500,00
Documento técnico referente à consolidação das informações referentes às medidas relacionadas ao marco legal da inovação, com a inserção de todas as memórias de reunião, relatórios e resultados durante as ações da Comissão Técnica Interministerial de Aperfeiçoamento do Marco Legal da Inovação.	18/07/2010	10.000,00
Nome do Consultor: Maria Elisângela Lira		
		CPF: 712.081.511-34
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Executado em conformidade com o Termo de Referência e o Edital nº 39/2009, publicado em 24.08.2009.		

### Informações sobre os contratos

Código do Contrato: 4/013/2009					
Objetivo da consultoria: Elaboração de plano de produção e disseminação de informações sobre o Programa SIBRATEC visando difundir sua relevância para o meio empresarial, acadêmico e executivo, durante a fase de implementação do Programa, de maneira que as empresas e as instituições de ensino e pesquisa conheçam o SIBRATEC como um instrumento de apoio à inovação.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total previsto no contrato	Total previsto no exercício de 2010	Total pago no exercício de 2010	Total pago até o final do exercício de 2010
01/10/2009	31/05/2010	40.000,00	22.000,00	33.000,00	40.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Documento técnico sobre o SIBRATEC - produção de textos contendo informações gerais sobre o Programa visando sua difusão para o meio empresarial, acadêmico e executivo, bem como à sociedade em geral.		30/10/2009	7.000,00		
Documento técnico sobre o componente "Serviços Tecnológicos" - produção de textos contendo informações gerais sobre o componente visando sua difusão para o meio empresarial, acadêmico e executivo, bem como à sociedade em geral.		05/12/2009	11.000,00		
Documento técnico sobre o componente "Extensão Tecnológica" - produção de textos contendo informações gerais sobre o componente visando sua difusão para o meio empresarial, acadêmico e executivo, bem como à sociedade em geral.		07/02/2010	14.000,00		

## Contratação de Consultores

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico sobre o componente "Centros de Inovação" - produção de textos contendo informações gerais sobre o componente visando sua difusão para o meio empresarial, acadêmico e executivo, bem como à sociedade em geral.	08/04/2010	8.000,00
Nome do Consultor: Carolina Santos de Oliveira		
		CPF: 002.068.381-23
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Executado em conformidade com o Termo de Referência e o Edital nº 40/2009, publicado em 01.09.2009. Devido ao atraso na contratação dos consultores o 2º relatório foi entregue em janeiro/2010		

### Informações sobre os contratos

Código do Contrato: 4/013/2009					
Objetivo da consultoria: Elaboração de plano de produção e disseminação de informações sobre os instrumentos e programas de apoio coordenados pela SETEC visando difundir para o meio empresarial, acadêmico e executivo, de maneira que as empresas e as instituições de ensino e pesquisa conheçam os programas e instrumentos de apoio à inovação executados pela SETEC.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total previsto no contrato	Total previsto no exercício de 2010	Total pago no exercício de 2010	Total pago até o final do exercício de 2010
01/10/2009	31/05/2010	40.000,00	17.700,00	30.200,00	40.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Documento técnico sobre as iniciativas nacionais para a Inovação (Lei de Inovação, Lei do Bem, Lei das ICTs, Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Pro-Inova) - produção de textos contendo informações gerais sobre o Programa visando sua difusão para o meio empresarial, acadêmico e executivo, bem como à sociedade em geral.		30/10/2009	9.800,00		
Documento técnico sobre instrumentos de apoio à Inovação, tais como Subvenção Econômica, RHAE Pesquisador nas Empresas, Incubadoras e Parques Tecnológicos, PAPPE Subvenção - produção de textos contendo informações gerais sobre o componente visando sua difusão para o meio empresarial, acadêmico e executivo, bem como à sociedade em geral.		05/12/2009	12.500,00		
Documento técnico sobre as áreas estratégicas de energia e energias renováveis - produção de textos contendo informações gerais sobre o componente visando sua difusão para o meio empresarial, acadêmico e executivo, bem como à sociedade em geral.		07/02/2010	8.000,00		

## Contratação de Consultores

---

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico sobre as áreas estratégias de recursos minerais - produção de textos contendo informações gerais sobre o componente visando sua difusão para o meio empresarial, acadêmico e executivo, bem como à sociedade em geral.	08/04/2010	9.700,00
Nome do Consultor: Maria Augusta Rodrigues Coelho		
		CPF: 753.676.613-00
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Executado em conformidade com o Termo de Referência e o Edital nº 41/2009, publicado em 01.09.2009. Devido ao atraso na contratação dos consultores o 2º relatório foi entregue em janeiro/2010		